

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SOBRE A FUNÇÃO DA EXPOSIÇÃO TRANSCENDENTAL DO CONCEITO DE
ESPAÇO NA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Magda Madguna Togni

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SOBRE A FUNÇÃO DA EXPOSIÇÃO TRANSCENDENTAL DO CONCEITO DE
ESPAÇO NA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Magda Madguna Togni

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Filosofia

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Sílvia Altmann

Porto Alegre

2012

A José Eduardo Porcher

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Sílvia Altmann, a quem devo não apenas esta dissertação, mas toda a minha trajetória acadêmica. Pelas excelentes cadeiras ao longo da graduação, nas quais me mostrou que estudar filosofia é um exercício que busca rigor e clareza. Pelo período de orientação científica, por ter me estimulado a desenvolver uma pesquisa com autonomia, mas sempre me ajudando com diretrizes úteis e precisas. Por todas as correções e sugestões que resultaram neste trabalho e sem as quais talvez nem tivesse sido levado a cabo. Agradeço por toda dedicação, compreensão, paciência e palavras de conforto em momentos de crise. Eu não poderia querer – nem ao menos entreter – uma orientadora melhor. Sempre a admirarei por reunir as virtudes que se espera de uma professora e pesquisadora, mas também por reunir grandes virtudes humanas, como justiça de caráter, gentileza, doçura e compaixão. Sou grata pela oportunidade de ter trabalhado com uma pessoa tão especial, e por poder, assim, tomá-la sempre como um exemplo a ser seguido.

Ao professor Balthazar Barbosa Filho (*in memoriam*), de quem recebi o primeiro incentivo no curso – fundamental, naquela altura, para eu continuar – e que servirá para sempre como uma inspiração por suas inúmeras qualidades. À professora Lia Levy, com quem primeiro aprendi a analisar textos filosóficos, por ser um exemplo de que estudar filosofia não é excludente com manter o senso de humor. Aos professores com os quais tive excelentes cadeiras sobre Kant: José Alexandre Guerzoni, que, além disso, se mostrou disposto a acompanhar minha pesquisa e me proporcionou discussões frutíferas; Tiago Falkenbach, com quem eu estudei pela primeira vez o tema que culminou nesta dissertação e que sempre se mostrou muito amigável; e a Renato Duarte Fonseca, que sempre foi muito solícito em disponibilizar passagens e traduções cruciais para essa pesquisa.

A José Eduardo Porcher, por ter sido, junto com a minha orientadora, a pessoa mais importante para a realização desta dissertação. Agradeço por ter sempre me incentivado e apoiado, por ter tido a paciência de ouvir sobre esse assunto diversas vezes, por toda a procura de material bibliográfico, pelas correções de formatação e de estilo. Seria injusto não dedicar esta dissertação a ele e, mesmo assim, tal gesto ainda será insuficiente.

CONTEÚDO

Introdução	1
1. Realismo no Idealismo Transcendental	4
1.1 Apresentação do problema	4
1.2 Em busca de esclarecimentos nos <i>Prolegômenos</i>	5
1.2.1 Nota II	5
1.2.2 Nota III	14
2. A Exposição Transcendental do Conceito de Espaço	18
2.1 A posição interpretativa de Henry Allison	25
2.1.1 Dificuldades na Exposição Metafísica e como a Exposição Transcendental poderia resolvê-las	28
2.1.2 A reconstrução de Allison do argumento para o Idealismo Transcendental	35
3. Sobre uma possível estruturação da Estética Transcendental à luz das noções de ‘forma da sensibilidade’ e ‘forma das aparências’	40
Conclusão	51
Bibliografia	56

Qual o nosso objetivo nesse momento? O objetivo é que eu possa te explicar o mais depressa a minha essência, ou seja, que pessoa sou eu, em que acredito e em que alimento esperança, não é? Por isso eu te declaro que aceito Deus com franqueza e simplicidade. Mas eis, entretanto, o que eu preciso ressaltar: se Deus existe e ele realmente criou a terra, então, como é de nosso conhecimento absoluto, ele a criou com base na geometria euclidiana, e criou a inteligência humana apenas com o conceito das três dimensões do espaço. Por outro lado, houve e há até hoje geômetras e filósofos, e inclusive dos mais notáveis, que duvidam de que todo o universo, ou, em termos mais amplos, todo o ser tenha sido criado unicamente com base na geometria euclidiana; eles se permitem inclusive a fantasia de que duas paralelas, que, segundo Euclides, jamais poderão encontrar-se na terra, talvez venham a encontrar-se em algum lugar do infinito. Eu, meu caro, resolvi que se nem isso eu consigo compreender, então quem sou eu para entender o que toca a Deus? Reconheço humildemente que não tenho nenhuma capacidade de resolver tais problemas, minha inteligência é euclidiana, terrena, portanto, como iríamos resolver aquilo que não é deste mundo?

Fiódor Dostoiévski

Os Irmãos Karamázov (trad. Paulo Bezerra)

Introdução

A presente dissertação tem como motivação primeira indicar uma função que pudesse ser própria à seção intitulada ‘Exposição Transcendental do Conceito de Espaço’ para a defesa do espaço como transcendentemente ideal e empiricamente real na *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant. A sugestão a ser explorada aqui é que tal Exposição é necessária para afastar, na Estética Transcendental, a possibilidade de interpretação do idealismo kantiano como um idealismo dogmático ou estritamente subjetivo. Para tanto, será apresentada, como fio condutor da pesquisa, essa acusação de que a tese proposta por Kant é a de um idealismo dogmático, ao invés de transcendental. Assim, através da abordagem desse problema específico, pretende-se sugerir uma leitura segundo a qual os argumentos presentes na Exposição Transcendental permitiriam resolvê-lo. Nesse sentido, foge ao escopo da dissertação realizar uma análise exaustiva ou mesmo o cotejo de diferentes interpretações nas quais tais argumentos desempenhariam um papel positivo para a tese kantiana. O objetivo principal é, pois, não nos ocuparmos de todas as vantagens possíveis da Exposição Transcendental, mas focarmos apenas naquela que acreditamos, enquanto se trata de um estudo ainda preliminar, ser capaz de abrir caminho para uma nova discussão no âmbito da Estética Transcendental.

Em linhas gerais, partiremos do suposto que para escapar da acusação de idealismo estritamente subjetivo é necessário apresentar razões que permitam fundamentar o realismo empírico, na medida em que a última tese traz consigo a asserção de objetividade requerida à nossa experiência possível. No tocante ao realismo empírico, tomaremos como essenciais à sua defesa as noções de intersubjetividade e não-redutibilidade dos objetos à mente do sujeito cognoscente. Tendo em vista tais exigências, indicaremos que o argumento da Exposição Transcendental, que leva em consideração a natureza e validade dos juízos geométricos, possibilitaria supri-las dentro dos limites da Estética Transcendental.

Além disso, pretendemos sugerir que, ao longo da seção supracitada, somente o “argumento da geometria” seria capaz de providenciar os elementos necessários para garantir o realismo empírico. A fim de obtermos tal resultado, promoveremos uma breve investigação da Exposição Metafísica, de modo a destacar eventuais indícios segundo os

quais, com base unicamente nesta exposição, não seria possível excluir a hipótese de redutibilidade dos objetos à mente. Cumpridos estes passos, buscaremos, por último, situar qual seria função da Exposição Transcendental na estrutura argumentativa da Estética Transcendental. Para isto, guiaremos nossa análise através da exigência de defender o espaço tanto como forma da sensibilidade quanto como forma das aparências a fim de que se possa afirmá-lo transcendentemente ideal e empiricamente real.

Dito isso, no primeiro capítulo, delimitaremos de modo sucinto o problema que norteou nossa pesquisa. Em seguida, apresentaremos a passagem contida na nota II dos *Prolegômenos* em que Kant pretende ter negado a acusação de sua tese ser o mesmo tipo de idealismo defendido por George Berkeley. Com intuito de entender a diferença apontada por Kant, passaremos rapidamente por *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano* de Berkeley e pelo artigo ‘Berkeley’s Argument for Immaterialism’ de A.C. Grayling. Assentado em que consistiria tal diferença, pretendemos então estabelecer quais seriam os elementos necessários para assegurar a aceitabilidade da resposta kantiana frente ao problema. A fim de cumprir este propósito, transitaremos por passagens de outras obras kantianas que julgamos ser esclarecedoras até retornarmos aos *Prolegômenos* mediante a nota III. Na presente nota, buscaremos destacar as passagens que serviriam como pista para relacionar o apelo ao conhecimento geométrico com a existência de objetos empíricos, uma vez que esta última responderia pela principal diferença entre o idealismo proposto por Kant e aquele proposto por Berkeley.

No capítulo seguinte, voltaremos nossa atenção para a *Crítica da Razão Pura* no parágrafo em que o recurso à geometria se faz evidente, a saber, na Exposição Transcendental. Então apresentaremos aquela que acreditamos ser a estrutura argumentativa do parágrafo em questão, apoiando nossa análise na leitura proposta por Mario Caimi em ‘Kant and the Argumentative Structure of Transcendental Aesthetic’. Em seguida, desenvolveremos os primeiros passos para indicar que o apelo à geometria, enquanto um conhecimento necessária e universalmente válido para objetos, possui uma função argumentativa própria no corpo da Estética Transcendental. Ao cabo desta tarefa, exibiremos a posição de Henry Allison sobre o tema em pauta, de modo a determinar se e quais poderiam ser as dificuldades que os nossos resultados seriam capazes de imputar a uma interpretação contrária à nossa. Ao fazer isso, pretendemos reforçar nossa hipótese

principal, a saber, que a Exposição Transcendental cumpre uma exigência que não pode ser obtida somente ao tomar por base os argumentos da Exposição Metafísica, tal como defende Allison.

Por fim, no terceiro e último capítulo, buscaremos inserir o papel da Exposição Transcendental no âmbito da economia argumentativa da Estética Transcendental. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a reclamação segundo a qual defender o espaço como forma da sensibilidade e forma das aparências é condição para afirmar sua idealidade transcendental e realidade empírica. Tendo isto presente, intencionamos apontar quais momentos do texto forneceriam os elementos necessários para mostrar o caráter formal do espaço e também quais seriam as razões que enfraqueceriam outros momentos a desempenhar com excelência esta tarefa. Sendo assim, tentaremos promover um sintético panorama da Estética Transcendental que compreenderia certas definições expostas na introdução desta seção, passando então pela Exposição Metafísica e pela Exposição Transcendental até chegar a ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’, na qual Kant afirma, pela primeira vez, o seu Idealismo Transcendental e Realismo Empírico. Em comum a toda pesquisa, portanto, será a tentativa de situar um propósito exclusivo para a geometria no que concerne a mais importante tese kantiana no seio da Estética Transcendental.

1. Realismo no Idealismo Transcendental

1.1 Apresentação do problema

A apresentação do problema e a sugestão de interpretação que será oferecida aqui terão no horizonte¹ a relação entre realismo empírico e intersubjetividade. Para garantir o realismo empírico é necessário haver conhecimento universalmente intersubjetivo de objetos que existem separadamente ou fora da mente do sujeito, na medida em que estas exigências afastariam, ao menos à primeira vista, a hipótese do solipsismo e a hipótese do idealismo estritamente subjetivo. Por definição, algo é intersubjetivo na medida em que é acessível a dois ou mais sujeitos. Assim, quando falamos em algo universalmente intersubjetivo, estamos supondo um domínio que pode ser compartilhado por *todos* os indivíduos de certa classe. A possibilidade de compartilhamento, neste caso sobre objetos independentes da mente, garante que a experiência não seja redutível à mente de indivíduos particulares, de modo a assegurar a noção de objetividade. Esta última, por seu turno, é indispensável para a defesa do realismo empírico. Além disso, a universalidade intersubjetiva e o comprometimento em fazer afirmações sobre coisas no mundo podem ser ditos pressupostos dos juízos. Sobre a relação entre universalidade intersubjetiva e juízos, Hannah Ginsborg (*manuscrito*) escreve:

For Kant the idea of judgment is tied to the idea of a claim to universal intersubjective validity. When you make a judgment, you *eo ipso* claim to be judging as you ought, in a sense that implies everyone ought to judge the same way that you do: it is part of your act of judging that you take your judgment to demand universal agreement.²

Ainda, é apenas no contexto de um juízo que se pode compreender os conceitos, os quais, por sua vez, são condições para a compreensão de objetos determinados (isto é, aparências

¹ Isto é, aqui abordaremos esta relação sucintamente, promovendo antes uma indicação do que propriamente uma justificativa detalhada.

² Citado com autorização da autora.

pensadas de acordo com a unidade das categorias). Sendo assim, se tomarmos objetos determinados como sendo o único tipo de objeto do qual se pode ter conhecimento necessário e universal, e um objeto só é determinado com a aplicação das categorias, como é possível sustentar o realismo empírico na Estética Transcendental, uma vez que nesta passagem da *Crítica da Razão Pura* Kant não utiliza os conceitos puros do entendimento para sustentar a tese em questão? A fim de compreender melhor a gênese do problema, voltamos nossa atenção ao texto em que Kant pretende, pela primeira vez, responder à acusação segundo a qual sua tese se reduziria apenas a um idealismo estritamente empírico.

1.2 Em busca de esclarecimentos nos *Prolegômenos*

Na principal obra de filosofia teórica intermediária à primeira e à segunda edições da *Crítica da Razão Pura*, *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*, Kant se dedica a esclarecer, entre outras coisas, o que de fato está envolvido na sua doutrina do Idealismo Transcendental. Tal empresa é impulsionada pela natureza dos comentários feitos por Christian Garve e Johann Georg Feder sobre esta notória tese kantiana no seio da primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. Para Garve e Feder, Kant estaria comprometido com um tipo de idealismo cuja consequência metafísica seria idêntica àquela proveniente do idealismo de Berkeley, a saber, que não se pode atribuir realidade senão às representações na mente do sujeito e ao próprio sujeito pensante. Na tentativa de mostrar que sua posição havia sido mau compreendida, Kant procura defender-se da acusação suscitada por Garve e Feder nas segunda e terceira Notas da Primeira Parte dos *Prolegômenos*. Com o propósito de investigar em que consiste esta defesa, serão agora analisadas as passagens supracitadas.

1.2.1 Nota II

Na primeira alínea da Nota II, Kant reformula, em linhas gerais, a objeção que fora levantada por Garve e Feder. Na alínea seguinte, o autor sumariza o que entende por um idealismo de caráter berkeleyano, para então apresentar sua tese em contraposição:

O idealismo consiste apenas na afirmação de que não existe outro ser senão o pensante; as demais coisas, que acreditamos perceber na intuição, seriam apenas representações nos seres pensantes, às quais não corresponderia, de fato, nenhum objeto fora deles.³ Eu afirmo, ao contrário: são-nos dadas coisas como objetos de nossos sentidos, existentes fora de nós, só que nada sabemos do que eles possam ser em si mesmos, mas conhecemos apenas seus fenômenos, isto é, as representações que produzem em nós ao afetarem nossos sentidos. Com isto admito, portanto, existirem fora de nós corpos, isto é, coisas que, embora sem dúvida nos sejam de todo desconhecidas no tocante ao que em si mesmas possam ser, são-nos conhecidas pelas representações suscitadas em nós por sua influência em nossa sensibilidade, e às quais denominamos corpos, termo este que designa apenas o fenômeno do objeto que nos é desconhecido, mas que nem por isso é menos real. Poderá isto ser chamado idealismo? Trata-se exatamente do contrário disto.⁴ (Ak. IV, 288-9)⁵

Vê-se, portanto, que a principal diferença entre as duas teses em discussão concerne à postulação de objetos cuja existência não é redutível à mente do sujeito. Assim, tem-se que, para Kant, a negação da existência de corpos que seriam independentes da mente é o que caracteriza uma tese metafísica como um idealismo de cunho estritamente subjetivo. Mas cabe aqui questionar se Berkeley, de fato, estaria de acordo com as acusações levantadas por Kant, ou seja, se ele estaria comprometido com uma recusa completa do realismo. Em alguns movimentos argumentativos, tal parece ser precisamente o caso, justificando, pois, a interpretação kantiana encontrada nos *Prolegômenos*:

For as to what is said of the absolute Existence of unthinking Things without any relation to their being perceived, that seems perfectly unintelligible. Their *Esse* is *Percipi*, nor is it

³ Grifo meu.

⁴ Todas as traduções de passagens dos *Prolegômenos* provêm de Kant (1974). Nesta, o alemão *Erscheinung* é traduzido por ‘fenômeno’ (assim como *Phaenomenon*) ao invés de ‘aparência’ ou ‘aparição’.

⁵ Como é de praxe na literatura, todas as citações dos *Prolegômenos* farão referência à paginação da edição da Academia (Kant 1910).

possible they should have any Existence out of the Minds or thinking Things which perceives them.⁶

No entanto, mediante um olhar mais atento é possível se deparar com uma leitura mais realista da tese berkeleyana. Em linhas bastante gerais, Berkeley defende que qualidades sensíveis são idéias na mente do sujeito e que os corpos, por serem senão composições de qualidades sensíveis, são igualmente dependentes da mente. Até esse ponto, Berkeley não escaparia da caracterização de um idealismo subjetivo. Mas uma importante premissa de seu argumento (associada, depois veremos, a uma aceção peculiar da teoria da causalidade) permite desencadear uma visão diferente daquela apresentada por Kant:

A little Attention will discover to us that the very Being of an Idea implies Passiveness and Inertness in it, insomuch that it is impossible for an Idea to do any thing, or strictly speaking, to be the Cause of any thing.⁷

Sendo a natureza das idéias essencialmente passiva e inerte, alguma outra coisa deve despontar como candidato para causá-las. Vale aqui lembrar que idéias, em última análise, são qualidades sensíveis provenientes de um dado sensível mínimo que produz cor, sabor, etc. Mas para Berkeley, mesmo este dado sensível mínimo não poderia constar como causa última das idéias. Se assim fosse, tão logo deixasse de ser percebido por uma mente particular, o substrato dessa percepção deixaria de existir. É na empresa de evitar que tudo que existe pudesse ser redutível à mente que, com base na tentativa de esclarecer a regularidade na nossa experiência, Berkeley desenvolve uma teoria da causalidade capaz de dar conta do realismo, e que ao mesmo tempo é conciliável com o princípio de que ser é ser percebido. Sobre este tema, A.C. Grayling nos fornece a seguinte explicação:

⁶ *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*, §3.

⁷ *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*, §25.

Any reference to the nature of the spirit that is causally responsible for ideas and their changes must start from the nature of those ideas and their changes. “The ideas of sense”, says Berkeley, (...) “are more strong, lively, and distinct than those of imagination; they have likewise a steadiness, order, and coherence, and are not excited at random, as those which are the effects of human wills often are, but in a regular train or series”. (*PHK*, §30). These “set rules or methods” we call “Laws of Nature; and these we learn by experience, which teaches us that such and such ideas are attended with such and such other ideas, in the ordinary course of things” (*PHK*, §30). From this Berkeley concludes that God, “the Author of Nature”, is the ultimate source of ideas and their connections.

From this, in turn, it follows that although everything that exists is mind-dependent, it is not dependent on particular finite minds, but has an objective source and structure, namely, the eternal, ubiquitous and law-like perceiving of an infinite mind. This is the sense in which Berkeley is a realist: the world exists independently of the thought and experience of finite minds. (2005, p. 177-8)

Grayling propõe uma estruturação do argumento de Berkeley em três níveis. O primeiro deles diria respeito ao dado mínimo recebido pelos sentidos como visão, olfato, etc; o segundo nível, pelos objetos da nossa experiência ordinária e que, como já indicamos, são combinações dos elementos do nível 1, a saber, aqueles que Berkeley nos dá de exemplo no primeiro parágrafo do *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*: maçãs, pedras, árvores e livros. No entanto, os elementos do nível 2 não se esgotam nos elementos no nível 1: a explicação de sua regularidade e coerência é dada pelo nível 3, que também responde pela causa das nossas percepções do nível 1, a saber, Deus. O comentador traça a seguinte relação entre os níveis acima descritos, explicando porque adotamos uma concepção de causalidade – em nossa experiência ordinária – que seria constituída pelos elementos do nível 2:

At level 3 the world is described as consisting of spirits (minds) and their ideas. Spirits are active, ideas inert. What we take at level 2 to be a case of natural causality – the heat of a fire causing water in a kettle to boil – is, strictly, a succession of

individual ideas (composed of level 1 data) caused in us by God (level 3) in such a way that the regularity and consistency of their relations establishes in us a custom of thinking in the familiar level 2 way. (2005, p. 171)

Sendo assim, tem-se que a verdadeira causa de nossas percepções não são os objetos que temos contato no curso de nossa percepção (como árvores, livros, etc), pois estes objetos não são senão compilação de idéias e estas, como vimos, em razão de sua natureza passiva, não podem ser causa de coisa alguma. Berkeley entende que apenas espíritos (mentes) são ativos. Ora, uma vez que tudo que existe são espíritos (mentes) e idéias, então a causa de idéias deve necessariamente ser um espírito. A fim de garantir que o mundo possa existir independentemente da percepção de mentes particulares, então é necessário que tudo seja causado, em última análise, por uma mente infinita, Deus. Dito isso, é possível concluir que, em virtude deste nível 3, o idealismo proposto por Berkeley não implicaria na total recusa de objetividade, salvaguardando a noção de que as coisas existam mesmo se nenhuma mente particular as perceba.

Com o que acabou de ser apresentado, parece então plausível chegar ao seguinte desfecho: na medida em que acusa Berkeley de um idealismo estritamente subjetivo, Kant não leva em consideração a função desempenhada pelo nível 3 do argumento. Todavia, não se pretende com isso imputar ao alemão o desconhecimento da obra do inglês. Pretende-se, ao invés, enfatizar que o que conta como causa última de uma percepção na obra kantiana é diferente daquilo que conta como causa última na obra berkeleyana.

Para Kant, está claro que a causa última de nossas representações é aquilo que afeta nossos sentidos, afinal, toda experiência deve começar pela sensibilidade. Assim como Berkeley, ele admite que as qualidades sensíveis são dependentes da mente. Mas ao contrário do inglês, Kant não aceita que os objetos da nossa experiência são redutíveis à mera compilação de qualidades sensíveis, justamente porque alega que há um objeto extramental, ao qual nossas representações de fato correspondem. Isto fica manifesto pela passagem dos *Prolegômenos* que apresentamos anteriormente: “O idealismo consiste apenas na afirmação de que não existe outro ser senão o pensante; as demais coisas, que

acreditamos perceber na intuição, seriam apenas representações nos seres pensantes, às quais não corresponderia, de fato, nenhum objeto fora delas”(Ak, IV 288-9).⁸

Agora tentaremos apresentar o argumento de Berkeley tal como Kant parece compreendê-lo, a saber, apenas em dois níveis: no nível 1, temos o dado sensível mínimo que nos fornece representações estritamente subjetivas; no nível 2, temos representações que são colagens das representações do nível 1. Em nenhum destes níveis poderíamos ter um objeto externo correspondente, uma vez que o único substrato de nossas representações seria, em última análise, o dado bruto apresentado pelos sentidos. Ora, se a partir do dado bruto (na terminologia kantiana, a multiplicidade dada) só podemos ter sensações, e admitindo que sensações têm um caráter essencialmente subjetivo, então não se pode inferir a existência de algo extramental que corresponda justamente às nossas sensações. Considerando uma noção de verdade como correspondência entre representação e objeto, o idealismo de Berkeley compreendido à maneira kantiana parece, de fato, não oferecer avanço algum em direção ao conhecimento, dando margem, pois, para titulações pejorativas como “idealismo lunático”.

Feitas estas reflexões gerais sobre a natureza do argumento berkeleyano segundo a visão kantiana, cumpre deter-nos por ora na questão sobre o que de fato deve contar como princípio causal na tese do Idealismo Transcendental. Segundo Kant, uma representação possui um princípio causal que existe independentemente do sujeito, mas cujo acesso cognitivo é impossível salvo por meio das representações sensíveis a que dá origem quando afeta os sentidos. Dito isso, parece tentador afirmar que toda sensação é senão o efeito de uma coisa em si sobre a nossa faculdade receptiva, e que desta coisa nada se pode conhecer em si mesma, apenas a sua aparência. Ora, mas o que permitiria dar por certo que coisas em si são a causa de nossas sensações, se delas nada se pode conhecer? Na introdução da Estética Transcendental, são apresentadas as seguintes definições:

O efeito de um **objeto** sobre a capacidade de representação, na medida em que somos afetados pelo mesmo, é *sensação*. Aquela intuição que se refere ao objeto mediante

⁸ Grifo meu.

sensação denomina-se *empírica*. O **objeto indeterminado** de uma intuição empírica denomina-se *fenômeno* <*Erscheinung*>.

Denomino *matéria* do fenômeno aquilo que nele corresponde à sensação; denomino, ao invés, *forma* do fenômeno aquilo que faz com que o **múltiplo** do fenômeno possa ser ordenado em certas relações.⁹ (B34)¹⁰

De acordo com esta passagem crucial da *Crítica da Razão Pura*, Kant não faz referência (ao menos não explicitamente) à noção de coisa em si quando define sensação. Mas estamos habilitados a concluir que, na medida em que objetos nos são dados, eles não podem ser redutíveis a nós, isto é, objetos devem, quanto à existência, ser independentes de o sujeito ser afetado por eles. Em seguida, temos que a noção aparência pressupõe a noção de um objeto indeterminado de uma intuição empírica. Se aparência responde por um objeto indeterminado, parece então cabível levantar a suspeita de algo que contasse como um objeto determinado no modelo epistemológico proposto por Kant, como aponta a seguinte passagem de *Fundamentos Metafísicos da Ciência da Natureza*:

O movimento, como **tudo** o que se representa **pelos sentidos**, é dado apenas como **aparência**. Para sua representação tornar-se **experiência**, requer-se também que algo seja pensado pelo entendimento — a saber, **além do modo como a representação inere ao sujeito** requer-se também a **determinação de um objeto** por seu intermediário. (Ak. IV, 554)¹¹

Com base nessa passagem, pode-se inferir que o mero aparecer não constitui experiência. As aparências teriam uma ordem estritamente subjetiva, uma vez têm sua origem apenas nos sentidos. Caberia, pois, ao entendimento impor uma ordem objetiva às nossas

⁹ Em passagens como esta, que contêm grifos originais do autor, usarei grifos em negrito, os quais ficam subentendidos doravante que são meus.

¹⁰ Todas as traduções de passagens da *Crítica da Razão Pura* provêm de Kant (1980). Nesta, o alemão *Erscheinung* também é traduzido por ‘fenômeno’ (cf. Nota 4). Como é de praxe na literatura, todas as citações da *Crítica da Razão Pura* farão referência à paginação da edição original. Nesta dissertação, todas as passagens citadas dizem respeito à segunda edição (B) da obra.

¹¹ Creditamos e agradecemos a Renato Duarte Fonseca pela tradução desta passagem.

representações de modo a assegurar a experiência, o que se ocorreria ao tomar as aparências como se referindo a um objeto determinado, um objeto em geral. Na seguinte passagem, Kant nos fornece um exemplo que permite esboçar a insuficiência dos sentidos para cumprir a função de determinar um objeto:

[C]ores, gostos, etc, não podem com justiça ser considerados disposições das coisas, mas apenas modificações do nosso jeito que podem até ser diferentes em diferentes homens. Pois neste caso, o que originariamente é apenas fenômeno, por exemplo, uma rosa, vale em sentido empírico por uma coisa em si mesma, que com respeito à cor, pode aparecer a cada olho de um modo diverso. (B45)

Do exemplo da rosa pode-se extrair que é a disposição subjetiva dos sentidos o que explica diferentes tipos de apreensão de uma mesma coisa. E com base nisso, podemos ampliar nossa conclusão: se dois indivíduos apreendem um mesmo objeto sob o mesmo conceito, por exemplo, de rosa, mas o objeto a que se refere este conceito aparece a cada um com uma propriedade sensível distinta (por exemplo, para um com a cor azul, para outro, vermelho), então não pode ser esta propriedade sensível o que permite identificar o objeto como rosa. Ou seja, o que determina o objeto, neste caso ‘rosa’, não é redutível ao aparecer, o que, por sua vez, parece ir ao encontro do que é afirmado na passagem supracitada dos *Fundamentos Metafísicos da Ciência da Natureza*. No entanto, Kant parece ir ainda mais longe ao pretender que mesmo representações que seriam idênticas a sujeitos diferentes não garantem a determinação de um objeto, como aponta a seguinte passagem da sua *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*:

O homem frequentemente confunde o que é subjetivo em seu modo de representação com o objetivo (a torre distante cujos cantos não se vê parece-lhe circular; o mar, cujas partes distantes atingem seus olhos através de raios de luz mais altos, parece-lhes mais alto do que a praia; a lua cheia, que ele vê levantar-se no horizonte através do ar vaporoso, parece-lhe maior

e mais distante do que quando no alto do céu). E assim, toma-se a aparência por experiência, cai-se então em erro, mas um erro do entendimento, não dos sentidos.¹² (Ak. VII, 146)

Assim, é da natureza da representação sensível que ela deva forçosamente apresentar uma coisa de modo subjetivo, de tal sorte a deixar aberta a possibilidade de que a representação da coisa não corresponda ao que a coisa objetivamente é. Dito isso, teríamos dois registros distintos: uma ordem subjetiva de apreensão da coisa e uma ordem objetiva. Na ordem subjetiva é apreendido o dado recebido pelo sujeito, apenas tal qual este dado lhe aparece, enquanto na ordem objetiva é ambicionado reportar o que aparece ao sujeito àquilo que esta coisa efetivamente é. Sobre a ordem subjetiva, não há possibilidade de erro porque leva em consideração apenas o que é recebido, ou seja, algo que o sujeito apreende passivamente e que, como tal, não poderia ser diferente. Por outro lado, a ação do entendimento é suscetível ao erro porque depende dele a determinação do objeto, e ao determinar o objeto é tanto possível que ocorra correspondência efetiva quanto confusão com o que é subjetivo.

Sendo assim, se estamos autorizados a falar em objetos determinados, restaria estabelecer que sorte de objeto é esse e em que consiste a natureza dessa determinação. Até aqui, temos indícios para suspeitar que não poderia ser a de aparência, por parecer se tratar de um objeto apenas subjetivamente determinado e, portanto, efetivamente indeterminado; nem a noção de múltiplo dado, uma vez que a multiplicidade é pura indeterminação; por último, coisa em si também desponta como um mau candidato, visto que não estamos autorizados a lhes atribuir qualquer determinação. De resto, na nota II dos *Prolegômenos*, Kant não nos fornece alguma outra pista.

Em todo caso, resta-nos de concreto a postulação de objetos cuja existência se dá fora de nós, o que, por sua vez, parece ser justamente o requisito apresentado na Nota II dos *Prolegômenos* para diferir o Idealismo Transcendental de um idealismo tradicional. Entretanto, se Kant entende esta condição como a peça fundamental para garantir a objetividade da referência de nossas representações e, portanto, para igualmente salvaguardar o realismo empírico em sua doutrina, não deveríamos esperar razões para

¹² Novamente, creditamos e agradecemos a Renato Duarte Fonseca pela tradução desta passagem.

afirmar a existência de objetos determinados independentes da mente, ao invés de uma postulação feita no seio de uma definição arbitrária de sensação?

Afinal, poder-se-ia suficientemente dar como suposto que sensações exigissem apenas uma multiplicidade dada, isto é, um dado bruto que estimulasse os sentidos, mas que não correspondesse efetivamente a nenhuma representação causada a partir de tal estímulo. Neste caso, o variegado desempenharia apenas uma função causal, enquanto caberia ao aparato cognitivo do sujeito impor uma ordem ao que foi recebido pelos sentidos. Assim, ainda que esta multiplicidade satisfizesse o critério de ser externa ao sujeito, ela em si mesma não possuiria recorte algum. Portanto, se o recorte fosse algo estritamente subjetivo, então a representação na mente do sujeito não poderia ter um correlato externo. E mais: sendo o recorte no múltiplo estritamente subjetivo, o que garantiria que este recorte pudesse ter uma ordem objetiva que valha para todo e qualquer sujeito?

Feitas estas breves considerações, Kant parece de fato estar correto ao invocar a existência de objetos extramentais como uma condição necessária para afastar o Idealismo Transcendental de um idealismo dogmático. Em contrapartida, que tais objetos sejam coisas em si não apenas é um movimento argumentativo dispensável, como também é especialmente hesitante. Resta, portanto, a tarefa de exibir o que possibilita definir sensação tomando por base a postulação de algo mais que a mera multiplicidade dada, isto é, cumpre mostrar que há de fato boas razões para afirmar que objetos são o princípio causal das sensações. Em adição, é necessário assentar um estatuto a estes objetos capaz de assegurar o realismo empírico sem infringir a tese da incognoscibilidade das coisas em si mesmas.

1.2.2 Nota III

No começo da Nota III, a preocupação de Kant é mostrar que a origem das nossas ilusões não está atrelada exclusivamente à sensibilidade, mas sim em tomar esta faculdade pelo meio segundo o qual se adquire cognições das coisas em si. Todavia, ao impor à sensibilidade a restrição de somente poder fornecer cognições das coisas enquanto nos aparecem, o responsável pelo erro, segundo Kant, passa a ser o entendimento. A razão por

trás disso, em linhas gerais, é que cabe a esta faculdade conectar diversas representações sensíveis em um conceito de objeto e é no âmbito dessa conexão que se pode tomar ilusão por verdade. Assim, Kant conclui: “[...] se o entendimento não tomar providências para impedir que este modo de representação subjetivo seja tomado por objetivo, pode daí facilmente resultar um juízo falso [...] só que a ilusão não deve ser lançada à conta dos sentidos, mas do entendimento, ao qual compete tirar da aparência um juízo objetivo” (Ak. IV, 291).

Mas o que de fato nos interessa da Nota III é a passagem da alínea seguinte, na qual Kant parece oferecer a primeira razão de por que introduzir uma noção diferente das de coisa em si e de aparência, qual seja, a de objetos dos sentidos (objetos empíricos):

[S]e tomo as representações dos sentidos com sua forma, ou seja, espaço e tempo, por nada mais que fenômenos e os últimos por uma simples forma da sensibilidade, que não é encontrada fora dela em nenhum objeto, e eu me sirvo da mesma representação somente em relação a uma experiência possível, isso não significa que eu tenda a ver nas representações só erro ou ilusão, ao tomá-las por simples fenômenos, pois, não levando isto em conta, elas podem estar convenientemente relacionadas na experiência segundo regras da verdade. **Assim, são válidas todas as proposições da geometria para o espaço, bem como para todos os objetos dos sentidos e também no que diz respeito a toda experiência possível**, quer eu considere o espaço uma simples forma da sensibilidade, quer algo inerente às coisas em si mesmas; se bem que somente do primeiro caso possa compreender como é possível conhecer *a priori* aquelas proposições de todos os **objetos da intuição externa**; mas, em relação a toda experiência possível, permanece tudo como se eu não me tivesse proposto desviar-me da opinião comum. (Ak. IV, 291)

Que seriam, pois, estes objetos do sentido externo? De acordo com a passagem supracitada, podemos extrair duas pistas: (1) são objetos sobre os quais as proposições da geometria geram afirmações verdadeiras e (2) são os objetos que constituem toda experiência possível. Isto significa que, se tais objetos fazem parte de toda experiência possível, então o acesso cognitivo a eles não nos é impedido, ou seja, ao contrário das coisas em si, é

possível obter conhecimento dos objetos do sentido externo. No entanto, o que nos garante que de fato temos conhecimento desta sorte de objetos e mais: o que garante que de fato eles existam como objetos e não apenas como mera multiplicidade dada? Em uma passagem subsequente da nota III, Kant torna explícito que o Idealismo Transcendental afasta a possibilidade de todo nosso conhecimento ser redutível a meras ilusões:

Daí que minha doutrina da idealidade do espaço e do tempo, bem longe de considerar todo o mundo sensível simples ilusão, é antes o **único meio de assegurar a objetos reais a aplicação de um conhecimento mais importante que qualquer outro, ou seja, aquele que expõe a matemática *a priori***, e de impedir que ela seja tomada por simples ilusão, pois sem esta observação seria totalmente impossível decidir se as intuições de espaço e tempo, que não retiramos de nenhuma experiência, e que além disso estão *a priori* em nossa representação, **não são simples quimeras por nós feitas, às quais não corresponde nenhum objeto, pelo menos adequadamente**, e com isso mesmo a geometria seria uma simples ilusão. Nós ao contrário, pudemos demonstrar sua **indiscutível validade** com relação a todos os **objetos do mundo sensível**, justamente por eles serem meros fenômenos.

Assim, temos que a idealidade transcendental do espaço é o que permite explicar porque as cognições sintéticas *a priori* da geometria possuem validade objetiva, isto é, assegura que tais cognições tenham um correlato efetivo. Cumpre destacar que, em ambas as passagens supracitadas, Kant relaciona a geometria com o conhecimento de objetos dos sentidos (passagem anterior) e com objetos reais (passagem em questão). A natureza dessa relação é instigante: se a razão principal para colocar a geometria em pauta é a tomada de suas proposições como valendo para objetos, por que não ter com base simplesmente as representações que tomamos como valendo para objetos, sem fazer menção à geometria? Ou seja, porque não explicar apenas que nossas representações possuem validade objetiva em função de o espaço ser forma da sensibilidade, ao invés de chamar atenção para o fato de que a noção de forma da sensibilidade assegura a validade da geometria? Qual a

importância de providenciar tal explicação? A recorrente menção à geometria não poderia levantar a suspeita de que esta possui alguma função especial para o argumento?

Antes de buscar responder estas perguntas, não podemos ignorar que nesta passagem Kant afirma que, não fosse por tal justificativa (isto é, o espaço como forma da sensibilidade), a geometria poderia ser considerada uma mera ilusão. Tendo isto presente, parece implausível, em um primeiro momento, conceder a hipótese segundo a qual a validade da geometria seria, para Kant, um fato¹³. Entretanto, existem indícios textuais que, ao contrário da presente passagem, favorecem esta hipótese. Assim, voltamos agora nossa atenção para como seria possível solucionar essa tensão, tomando por base, não por acaso, a seção da *Crítica da Razão Pura* na qual o conhecimento geométrico parece justamente exercer uma função argumentativa para o Idealismo Transcendental.

¹³ Pretendemos esclarecer a relevância dessa hipótese em um instante posterior do texto.

2. A Exposição Transcendental do Conceito de Espaço

A ‘Exposição Transcendental do Conceito de Espaço’ é uma seção incorporada apenas na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, a qual, por sua vez, surge posteriormente aos *Prolegômenos*. A menção à geometria, que na primeira edição figurava como um entre cinco argumentos dentro de uma única seção concernente ao espaço, ganha destaque na segunda edição. Kant separa o argumento que envolve a geometria dos demais, incluindo-o na Exposição Transcendental e reservando aos outros quatro argumentos a passagem Exposição Metafísica.

Antes de darmos início à análise desta passagem, é importante ressaltar que a função da Exposição Transcendental é algo ainda em disputa. Mas, a fim de não nos distanciarmos das questões que vínhamos até então perseguindo, apresentaremos uma leitura que possa favorecer a hipótese segundo a qual a geometria desempenha um papel especial para a defesa do Idealismo Transcendental, pretendendo indicar qual poderia ser a relação desta ciência com o conhecimento de objetos empíricos ou reais. Neste caso, a estrutura da Exposição Transcendental consistiria em quatro momentos: a primeira alínea, na qual Kant define o que deve ser entendido por uma exposição transcendental e na qual apresenta as duas exigências para o cumprimento desta; a segunda alínea que, ao tomar por base o estatuto das proposições geométricas, permitiria satisfazer a primeira exigência de uma exposição transcendental; a terceira alínea, que buscando a explicação da validade da geometria, daria conta da segunda exigência necessária; e, por fim, a quarta alínea como a conclusão obtida ao longo da Exposição Transcendental. Dito isso, voltamos a nossa atenção para o que Kant nos diz na primeira alínea:

Por *exposição transcendental* entendo a explicação de um conceito como um princípio a partir do qual se possa compreender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*. Para esse intuito exigir-se-á (1) que tais conhecimentos efetivamente fluam do conceito dado, (2) que esses conhecimentos sejam possíveis somente pressupondo um modo dado de explicar tal conceito. (B40)

Em suma, Kant busca estabelecer uma certa caracterização do espaço que comporte o suposto caráter sintético *a priori* de cognições geométricas. Com respeito às duas exigências propostas para tal fim, pretendemos – inspirados na interpretação de Mario Caimi sobre a Exposição Transcendental – fazer a seguinte leitura: a primeira destas, “que tais conhecimentos efetivamente fluam do conceito dado” seria obtida ao se definir o espaço como intuição *a priori*, enquanto que a segunda, “que esses conhecimentos sejam possíveis somente pressupondo um modo dado de explicar tal conceito”, seria cumprida ao afirmar que o espaço é forma da sensibilidade.

Para se compreender a gênese desta relação que pretendemos traçar, voltamo-nos agora à letra de Caimi. Em ‘Kant and the Argumentative Structure of Transcendental Aesthetic’, o ponto de partida do autor para introduzir a função da geometria para a defesa do Idealismo Transcendental é uma constatação levantada por Hans Vaihinger. Tal consistiria na alegação de que os argumentos da Exposição Metafísica seriam insuficientes para delegar ao espaço o atributo de forma da sensibilidade. Em resposta a essa dificuldade, Caimi afirma que, *grosso modo*, ao tomar a geometria como um fato confiável, a explicação de sua possibilidade só pode ser obtida ao se identificar o espaço como forma da sensibilidade. Sobre como isso se dá na Exposição Transcendental, Caimi diz:

Here Kant asks himself (following the analytical method) how it is that *a priori* synthetic judgments in Geometry are possible. The answer to this question has two sides. By means of the representation of space as *a priori* intuition we can explain the possibility of synthetical connections in the propositions of pure Mathematics. By means of the representation of space as a form of intuitions we can explain the possibility of applied Mathematics; that is: on this ground we can explain how it is possible that the synthetic judgments of Mathematics yield *a priori* knowledge of empirical objects. Identifying space with the form of sensibility provides a foundation for the second part of the answer to the question as to the possibility of synthetic *a priori* judgments: the question concerning the applicability of *a priori* knowledge. Such identification is thus legitimated as being a condition of possibility of a knowledge, the existence of which is admitted as a fact (according to the analytical method). (1996, pp. 41-2)

Assim, com base na leitura de Caimi, podemos entender que a explicação da possibilidade da geometria envolve dois passos: um destes consiste em explicar o estatuto das proposições geométricas, isto é, sua natureza sintética *a priori*; e o outro em explicar por que, de fato, se trata de conhecimento, ou seja, funda-se em mostrar como as proposições geométricas possuem validade para objetos. Nossa sugestão, aqui, é que o cumprimento das duas exigências para promover a exposição transcendental do conceito de espaço é obtido mediante esses dois passos que Caimi aponta como sendo necessários para dar conta de como a geometria é possível. Isto porque, embora o espaço seja princípio das cognições geometria e, portanto, anterior na ordem das razões, o método argumentativo empregado por Kant (isto é, o método analítico),¹⁴ exige que seja a partir da geometria que obtenhamos considerações acerca do espaço, e não o inverso.

Sobre o método analítico, Kant esclarece, nos *Prolegômenos*, que sua característica consiste em “apoiar-se em algo que já se conhece como digno de confiança, de onde se pode partir com segurança e remontar às fontes, que ainda não se conhecem e cuja descoberta não esclarece apenas aquilo que já se sabia, mas que apresentará ao mesmo tempo um conjunto de muitos conhecimentos que nascem todos das mesmas fontes” (Ak. IV, 275). Sobre a confiabilidade de ciências como a geometria, o autor nos escreve na Introdução da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*: “Ora, visto que essas ciências são realmente dadas, parece pertinente perguntar como são possíveis, pois que têm que ser possíveis é provado pela sua realidade” (B20). Por fim, o caráter assertivo da sentença que inicia a segunda alínea da Exposição Transcendental corrobora o emprego do método analítico: “Geometria é uma ciência que determina sinteticamente e ao mesmo tempo *a priori* as propriedades do espaço” (B40).

Dito isso, a dificuldade que se nos apresenta é a seguinte: o que devemos entender por (1) um conhecimento efetivamente *fluir* de um conceito e (2) um conhecimento *ser possível* somente com a pressuposição de um modo de explicar o conceito. Nenhuma dessas

¹⁴ Não é nosso propósito discorrer, nem especular, nem assentar um motivo para explicar se no resto da obra é empregado o método sintético enquanto neste parágrafo, excepcionalmente, o método analítico. Nosso objetivo é única e exclusivamente tentar apresentar aquilo que se mostra mais explícito no texto. Cabe frisar, porém, que existe na literatura tentativa de ler essa passagem como sintética (e.g. Shabel 2004).

cláusulas parece ser satisfatoriamente clara e Kant não fornece uma elucidação adicional. Assim, temos como pista somente aquilo que se segue no texto, a saber, as alíneas intermediárias da Exposição Transcendental, de modo que as trataremos como equivalendo a cada uma destas funções, segundo a ordem da exposição. Voltamos nossa atenção à primeira destas:

Geometria é uma ciência que determina sinteticamente e mesmo assim *a priori* as propriedades do espaço. Que deve ser, pois, a representação do espaço para que seja possível um tal conhecimento dele? O espaço tem que ser originariamente intuição, já que de um simples conceito não se podem extrair proposições que ultrapassem o conceito, coisa que acontece na geometria.

Mas essa intuição tem que ser encontra em nós *a priori*, isto é, antes de toda a percepção de um objeto, tem portanto que ser intuição pura e não empírica. Com efeito, as proposições geométricas são todas apodíticas, isto é, ligadas à consciência da sua necessidade, por exemplo: o espaço tem só três dimensões; mas proposições tais não podem ser juízos empíricos ou de experiência, nem inferidas dos mesmos. (B40-1)

Uma exigência imprescindível para explicar como a geometria é possível se dá através do recurso a uma caracterização de seu objeto — o espaço — que permita justificar o estatuto sintético *a priori* de suas cognições. Sendo o espaço originariamente intuição, compreende-se porque as cognições provenientes dele são sintéticas. Sendo o espaço originariamente *a priori*, compreende-se não apenas porque tais cognições sejam igualmente *a priori*, mas também, apodíticas. Ao se providenciar estes esclarecimentos, assegura-se a qualidade do espaço como o elemento que origina as cognições da geometria, uma condição necessária para defendê-lo como princípio desta ciência. Feitas essas considerações, podemos nos aproximar do que Kant pretendia dizer ao afirmar que as cognições devessem efetivamente *fluir* do espaço. O verbo empregado, *Herfließen*, tem como significado próprio “fluir”,

“derivar”, mas também o sentido figurado “ter sua origem”.¹⁵ Ora, só se garante que uma cognição sintética *a priori* possa ter sua origem no espaço ao mostrar que o espaço é caracterizado de um modo capaz de dar conta deste estatuto sintético *a priori*, o que se satisfaz ao defini-lo como intuição *a priori*. Cabe ressaltar que o que está em pauta não é se as cognições sintéticas *a priori* da geometria têm sua origem no espaço, mas *como* o espaço opera de modo a consolidar essa relação. Dirigimo-nos agora à alínea subsequente:

Ora, como pode estar presente na mente uma intuição externa que precede os próprios objetos e na qual o conceito destes últimos pode ser determinado *a priori*? De nenhum outro modo, evidentemente, senão na medida em que tem sua sede apenas no sujeito enquanto a disposição formal do mesmo for afetado por objetos e obtiver assim uma *representação imediata*, isto é, uma *intuição* deles, portanto só como forma do *sentido* externo em geral. (B41)

Com base na questão que abre a alínea, podemos ver duas atribuições distintas ao espaço: (1) como ‘uma intuição externa que precede os próprios objetos’ e (2) que determina *a priori* o conceito de objetos. A primeira atribuição não gera surpresa alguma, uma vez que tanto ao longo da Exposição Metafísica quanto na alínea anterior da Exposição Transcendental, Kant procurou defender o espaço como intuição *a priori*. O que se nos apresenta como um dado novo é a pretensa função de determinação de objetos, uma vez que até esta altura do texto não houve argumento em favor nem menção explícita a respeito. De onde, portanto, poderia surgir essa afirmação? Nossa sugestão de resposta consiste em extrair essa função do fato de que temos *conhecimento* sintético *a priori* da geometria, isto é, da pressuposição que há correspondência entre nossas representações e os objetos externos.

Como já sugerimos previamente, Kant toma a verdade das proposições da geometria como algo incontestável. Levando em conta que ao confrontá-las com os objetos externos podemos verificar sua aplicabilidade, então a tarefa é encontrar uma explicação que dê

¹⁵ Ebers (1798, p. 117).

conta de *como* (e não *se*) é possível tal correspondência. A resposta de como é possível se obtém, segundo Kant, em atribuir ao espaço o papel de ser a forma da receptividade do sujeito cognitivo. Nesta altura, nossa sugestão vai ao encontro da proposta de Caimi, para quem a explicação da geometria depende de explicar também sua validade, o que só se alcança na medida em que o espaço for a forma do sentido externo. Agora nosso próximo passo é ir um pouco mais adiante para tentar entender qual a relação entre explicar a validade da geometria e a função de determinar *a priori* o conceito de objetos externos.

Na medida em que a verdade da geometria não está em debate, e a concepção kantiana de verdade supõe correspondência entre algo redutível à mente e algo que não se restringe a ela, se segue, portanto, que existem coisas em – algum sentido – independentes de nós as quais podemos conhecer. Além disso, se temos conhecimento destas coisas, então devemos admitir que elas possuam alguma espécie de determinação. Afinal, não faz sentido algum supor que haja correspondência entre uma representação determinada (neste caso, espaço-temporalmente) e um dado sem propriedades definidas, como a multiplicidade que é recebida pelos sentidos. Por fim, ainda é possível extrair que, se as nossas representações são espaço-temporalmente determinadas, e se elas possuem um correlato efetivo, então o representado também deve ser espaço-temporalmente determinado. Dado que coisas em si não são espaço-temporais, além de não ser possível equivaler os objetos dos sentidos com a multiplicidade dada, também não se pode fazê-lo com respeito às coisas em si.

Assim, tentamos sustentar a posição segundo a qual a Exposição Transcendental visa mostrar, a partir da geometria, que há uma relação objetivamente válida da representação do espaço com os objetos da experiência. Para assentar tal relação de legitimidade, é forçoso que o espaço funcione como princípio de determinação dos objetos. Cumpre ressaltar, porém, que se trata apenas de um princípio necessário e não suficiente para tal fim. Dizemos ser necessário na medida em que o espaço definido como forma da sensibilidade permite assegurar a relação de correspondência entre as representações do sujeito e os objetos da experiência. Isto é, só se explica a legitimidade de um conhecimento que se aplique aos objetos se tais objetos são necessariamente percebidos como possuindo certas propriedades imprimidas pelo modo de recepção do sujeito.

Entretanto, a contribuição subjetiva dos elementos da sensibilidade não é suficiente para gerar todo o conhecimento de objetos empíricos, pois se tal fosse o caso, caberia à

sensibilidade não apenas fornecer o conteúdo dos conceitos, mas também formá-los. Sendo assim, a determinação *a priori* do conceito de objetos depende de haver um conteúdo estruturado pela faculdade receptiva, mas não se restringe a isso. O espaço, nesse caso, teria a função de fornecer ao entendimento um dado sensível ordenado (e não, portanto, meramente um múltiplo sensível completamente indeterminado), de tal sorte que restaria ao entendimento a função de sintetizar esse dado, determinando-o como objeto – o que é feito mediante a aplicação de conceitos.

Dito isso, pretendemos sugerir que, mesmo não sendo possível esgotar todos os elementos necessários para determinação de objetos apenas nesta altura da Estética Transcendental, o recurso à geometria é fundamental para defender o espaço como um destes elementos e também para a própria suposição de que haja objetos que são irreduzíveis à mente do sujeito. Tão logo Kant afirma a idealidade transcendental do espaço e a sua realidade empírica, nos deparamos com uma passagem na qual o conhecimento geométrico está mais uma vez estrelado à noção de um conteúdo extramental:

Fora do espaço, aliás, não há outra representação subjetiva e referida a algo *externo* que pudesse *a priori* chamar-se objetiva. De fato <*denn*>, de nenhuma dessas representações pode-se derivar proposições sintéticas *a priori*, tal como se pode fazê-lo da intuição no espaço (§3). Para falar com precisão, por conseguinte, não se atribui idealidade a nenhuma dessas representações, embora concordem com a representação do espaço no fato de pertencerem apenas à disposição do sujeito subjetiva do modo dos sentidos serem, por exemplo da visão, do ouvido, do tato mediante as sensações das cores, dos sons e do calor; mas pelo fato de serem só sensações e não intuições, essas representações não dão em si a conhecer, muito menos *a priori*, objeto algum. (B44)

O termo empregado por Kant para conectar as duas orações, *denn*, responde, na verdade, por uma conjunção subordinativa causal, de modo que a tradução adequada seria ‘porque’ ou ‘pois’, ao invés de ‘de fato’.¹⁶ Nesse caso, alcançaríamos, portanto, uma diferença de

¹⁶ Não saberíamos dizer por que os tradutores da *Crítica da Razão Pura* para o português escolheram uma locução adverbial de afirmação para verter o termo *denn*. Tanto na tradução para o inglês de Paul Guyer e Allen W. Wood (Kant 1998), quanto na tradução para o espanhol de Caimi (Kant 2007), os termos escolhidos mantiveram o sentido adequado—respectivamente, *for* e *pues*.

sentido que implicaria uma força maior para o papel do conhecimento sintético *a priori*. Ou seja, *porque* se tem proposições dessa natureza a objetividade está garantida. Afinal, não caberia falar em uma sorte de proposição que fornece conhecimento necessário e universal se não houvesse algo externo e objetivo que pudesse assegurar sua referência.

Ainda, cumpre ressaltar que tomamos a geometria não como sendo composta de meras representações no sujeito, mas sim de juízos e estes são intersubjetivamente partilhados. Assim, o conhecimento que derivamos dela não vale apenas para os objetos enquanto percebidos por um sujeito em particular, vale para todo objeto, mesmo que não percebido. Quanto a uma mera representação (e muito menos à sensação), não podemos desassociá-la de um sujeito particular e nem ao menos podemos garantir que ela possua um correlato efetivo, portanto, não se estando autorizado a descartar a hipótese de se tratar de uma ilusão. Dito isso, pretendemos reforçar a importância de assentar e dar razão para existência de objetos externos. Afinal, toda a explicação que não se ocupa disto pode ter como conseqüência que o correlato externo das nossas representações seja apenas o múltiplo dado, o qual por não possuir em si determinação, permitiria reduzir a tese kantiana a um subjetivismo excessivo.

Sendo assim, a tomada da geometria como um fato permite, pois, que sejam obtidas conclusões capazes de fazer o Idealismo Transcendental escapar à acusação de um idealismo dogmático dentro dos limites da Estética Transcendental. Com base nessas considerações, cumpre agora analisar se a reconstrução do argumento para o Idealismo Transcendental proposta por Henry Allison, para quem o papel da geometria é irrelevante para a defesa desta tese, consegue ainda assim escapar da acusação de idealismo berkeleyano.

2.1 A posição interpretativa de Henry Allison

Em *Kant's Transcendental Idealism*, Henry Allison adota uma linha de interpretação que visa excluir a necessidade dos argumentos da Exposição Transcendental para a defesa do Idealismo Transcendental, buscando, com isso, tornar esta tese imune a possíveis objeções levantadas contra a natureza do conhecimento geométrico. A fim de endossar sua posição,

o comentador desenvolve dois passos principais. O primeiro é mostrar que a tese da idealidade transcendental do espaço é logicamente independente tanto da suposição do estatuto sintético *a priori* da geometria quanto da suposição da validade desta ciência. O segundo é a formulação de um argumento para a defesa do Idealismo Transcendental que toma como premissa de prova apenas os resultados da Exposição Metafísica e que envolve uma certa compreensão dos termos ‘forma da sensibilidade’ e ‘forma da aparência’.

O primeiro movimento de Allison para sustentar a dispensabilidade das conclusões obtidas na Exposição Transcendental é extraído do que o comentador entende ser a tarefa desta exposição:

[A] transcendental exposition is designed to show that a given body of synthetic *a priori* knowledge (*P*) is possible only if there is a representation (*Q*) with certain specified properties. *Q* is thus a necessary condition for *P*, or equivalently, $P \rightarrow Q$. This is precisely the connection that Kant asserts between geometry and the representation of space. It is assumed that “geometry is a science that determines the properties of space synthetically and yet *a priori*” and the question is “What, then, must our representation of space be for such a cognition of it to be possible?” (B40). (2004, pp. 116-7)

A esta questão, Kant responde que a representação do espaço deve ser intuição *a priori*. O fato de Kant tratar, nesta altura do texto, apenas da *representação* do espaço — e não propriamente do espaço — é utilizado por Allison como um primeiro indicativo de que não se pode extrair a tese da idealidade transcendental mediante o “argumento da geometria”.

Dito isso, tem-se que do “argumento da geometria” se seguiria apenas que o caráter intuitivo *a priori* do espaço é uma condição necessária para explicar o estatuto sintético *a priori* da geometria. Ora, uma vez que o antecedente do condicional é a suposição de uma certa caracterização da geometria e o conseqüente é o caráter intuitivo *a priori* do espaço, e tendo em vista que, segundo Allison, é apenas o caráter intuitivo *a priori* que leva à conclusão do espaço como forma da sensibilidade, e dada ainda a regra lógica que apenas da negação do antecedente não se extrai a negação do conseqüente, então se deve concluir

que a tese da idealidade transcendental é logicamente independente do estatuto da geometria. Além disso, se é possível estabelecer que o espaço é uma intuição *a priori* sem fazer apelo à geometria, então é igualmente possível provar o Idealismo Transcendental mesmo descartando totalmente o “argumento da geometria”. Na medida em que Kant já teria provado na Exposição Metafísica o caráter intuitivo *a priori* com base apenas em funções epistêmicas desempenhadas pelo espaço, Allison conclui, finalmente, que o Idealismo Transcendental escapa a quaisquer objeções que possam ser feitas ao estatuto e validade do conhecimento geométrico.

Entretanto, ainda que os argumentos da Exposição Metafísica satisfaçam a exigência de afirmar o espaço como intuição *a priori*, esta caracterização é apenas condição necessária, mas não suficiente, para a defesa do Idealismo Transcendental¹⁷. Para Allison, o principal movimento em favor à tese da idealidade transcendental do espaço é feito nos “itens” A e B da seção ‘Conclusão a partir dos Conceitos Acima’, uma vez que é nesta altura do texto que Kant deixa de falar a respeito da representação do espaço e passa a tratar do próprio espaço. Na subseção de *Kant’s Transcendental Idealism* intitulada ‘In Search of an Argument’ (2004, pp. 122ff.), Allison se dedica a construir um argumento para sustentar a tese da idealidade transcendental do espaço sem fazer apelo ao estatuto e validade da geometria.

Nesta passagem, Allison pretende mostrar que a condição necessária para poder intuir algo *a priori* é que esteja presente na mente como forma da sensibilidade. O comentador entende que a solução para esta questão se dá em âmbito terminológico, ou seja, é necessário investigar o que Kant entende ‘forma das aparências’ e ‘forma da sensibilidade’ para tentar estabelecer se esta última é algo que pode ser intuído *a priori* pelo sujeito. Tal investigação pretende mostrar que estas expressões não são virtualmente equivalentes, visto que se o fossem, então a tese da idealidade transcendental decorreria apenas por meio de definições.

Allison apresenta no que consiste a noção de ‘forma das aparências’, a saber, “a característica da aparência em virtude da qual seus elementos são ordenáveis ou relacionáveis uns com os outros na intuição” (B34), e em seguida atribui ao primeiro

¹⁷ Isto é, mesmo que a afirmação do espaço como intuição *a priori* seja, em última análise, a base para a obtenção do Idealismo Transcendental, tal passagem não é imediata, sendo indispensável um desenvolvimento adicional.

argumento da Exposição Metafísica o papel de mostrar o espaço como desempenhando tal função cognitiva. Após definir a noção de ‘forma das aparências’, Allison se dedica ao exame da noção de ‘forma da sensibilidade’, a qual pode ser entendida de duas maneiras distintas:

‘form of sensibility’ can be taken in two senses ... both of these senses involve a reference to mind. More precisely, ‘form of sensibility’ can designate either a form of sensibly intuiting ... or a form of objects qua sensibly intuited. Henceforth, these will be referred to as “form of sensibility₁” and “form of sensibility₂,” respectively. (2004, p. 126)

Mediante estas distinções, Allison pretende mostrar que a noção de forma da sensibilidade, por conter em ambos os seus sentidos uma referência ao aparato cognitivo do sujeito, permite solucionar a questão de como é possível intuir a forma *a priori*. O argumento de Allison consiste em dizer que se a forma dos objetos dados deve responder pela forma dos objetos enquanto sensivelmente intuídos (‘forma da sensibilidade₂’), então isto significa dizer que esta forma é atribuída aos objetos dados em razão de eles serem constituídos subjetivamente, ou seja, constituídos pela forma de intuir sensivelmente (‘forma da sensibilidade₁’).

2.1.1 Dificuldades na Exposição Metafísica e como a Exposição Transcendental poderia resolvê-las

Como foi visto, o primeiro movimento argumentativo de Allison é defender a tese da idealidade transcendental do espaço como logicamente independente do estatuto da geometria. O aqui que precisa ser tornado explícito é que tal alegação está intimamente ligada ao modo como o comentador interpreta a função da geometria. Segundo Allison, o recurso à geometria tem o propósito exclusivo de mostrar o espaço como intuição *a priori*. Ou seja, Allison reduz a função dos argumentos da Exposição Transcendental como sendo

equivalente à função dos argumentos da Exposição Metafísica. Dito isso, na segunda alínea da Exposição Transcendental ter-se-ia como resultado que o espaço é intuição *a priori*, enquanto na terceira alínea, ter-se-ia uma questão levantada, na letra de Allison, “subitamente” (2004, p. 117). Não é de se estranhar, pois, que a questão seja considerada abrupta. Afinal, se o argumento da geometria não acrescentou coisa alguma senão a reiteração do que já havia sido obtido na Exposição Metafísica, então sua posição no texto pode ser considerada como proveniente de um critério arbitrário. Apresentamos a questão em pauta para vermos se este é o caso:

Ora, como pode estar presente na mente uma intuição externa que precede os próprios objetos **e na qual o conceito destes últimos pode ser determinado *a priori*?** (B41)

A primeira cláusula da pergunta, qual seja, “estar presente na mente uma intuição externa que precede os próprios objetos”, poderia muito bem ter sido respondida tão logo Kant chegasse à conclusão que o espaço é intuição *a priori*. Ou seja, para levantar esta questão bastariam as considerações feitas na Exposição Metafísica. Onde, portanto, se compreenderia a arbitrariedade da questão ser levantada nesta altura do texto e não tão logo Kant tivesse extraído o caráter intuitivo e *a priori* do espaço pela primeira vez. Entretanto, este não parece ser o caso que se aplica à segunda cláusula (em destaque), na medida em que, como procuramos sustentar anteriormente, promover a exposição transcendental de um conceito requer a explicação tanto do estatuto das cognições que têm origem neste conceito, quanto da sua validade objetiva – e só faz sentido se perguntar pela validade objetiva sob a pressuposição de objetos determinados. Ademais, soaria no mínimo estranho questionar sobre a possibilidade de o espaço determinar *a priori* os objetos, se Kant já não tivesse alguma razão para supor que o espaço opera deste modo.

Dito isso, é porque o espaço determina *a priori* os objetos e está disponível *a priori* na mente do sujeito que ele deve ser forma do sentido externo. Por ser a forma do sentido externo, os objetos da experiência devem necessariamente ser de acordo com o modo percebido pelo sujeito. Somente com base nesta explicação entende-se porque a representação do sujeito de fato corresponde ao objeto, pois na medida em que este é

constituído (determinado) pelo seu modo de conhecer, para que o sujeito o conheça, basta que busque aquilo que sua própria mente impôs. Se, por outro lado, a constituição do objeto em nada dependesse do sujeito, então não se poderia garantir que houvesse correspondência entre aquilo que é representado com o objeto a partir do qual se dá essa representação, ou seja, não haveria fundamento para tal relação - e não havendo fundamento, não seria possível adquirir conhecimento de objetos.

Dadas estas considerações, pode-se entender por que a questão levantada em B41 não teria sido inserida subitamente, ao contrário do que sugere Allison. Afinal, que o espaço seja definido como forma do sentido externo é algo que se tem com base no resultado previamente obtido (atribuição do caráter intuitivo *a priori*) e que responde pelo segundo passo argumentativo necessário para afirmar o espaço como “um princípio a partir do qual se possa compreender a possibilidade de outras cognições sintéticas *a priori*”,¹⁸ qual seja, mostrar porque os objetos da experiência são necessariamente determinados *a priori* pelo espaço. Sendo assim, o “argumento da geometria” serve para atestar que o estatuto sintético *a priori* das cognições geométricas depende de o espaço ser uma intuição *a priori*, mas também para mostrar o ponto que Allison ignora, a saber, que a validade objetiva destas cognições (ou seja, o fato de elas valerem para os objetos da experiência) depende de o espaço ser a forma do sentido externo. A fim de explicar o estatuto da geometria e sua validade é necessário defender o espaço como o princípio da possibilidade das cognições geométricas, ou seja, é afirmar que o espaço responde pelo fundamento do nosso conhecimento acerca dos objetos externos.

Agora trataremos de examinar a primeira objeção que Allison faz visando atestar a dispensabilidade do “argumento da geometria”. De fato, é correto afirmar que para sustentar a tese do Idealismo Transcendental não basta apenas dizer o que a representação do espaço é (mas, igualmente, o que a natureza do próprio espaço é), e também que Kant na Exposição Transcendental argumenta somente com respeito à representação do espaço. O que aqui se pretende questionar é o fato de Allison utilizar tal constatação para servir de apoio à sua tentativa de minimizar a relevância do “argumento da geometria”. Cabe explicitar as razões: primeiro, porque esta mesma objeção poderia ser feita ao argumento reconstruído por Allison; segundo, porque embora Kant realmente trate apenas da

¹⁸ O que Kant entende como a tarefa de uma exposição transcendental.

representação do espaço, isto não exclui, de antemão, que o conteúdo extramental tomado como suposição no “argumento da geometria” seja capaz de dar conta ao menos de parte das exigências necessárias para a prova do Idealismo Transcendental.

Como foi mencionado, uma vez que Allison nega qualquer função própria dos argumentos da Exposição Transcendental para a defesa do Idealismo Transcendental, o ponto de apoio para a aceitação dessa tese recai sobre os argumentos da Exposição Metafísica. Ora, se na Exposição Transcendental a idealidade transcendental não pode ser sustentada justamente porque Kant se refere apenas à representação do espaço, e se é possível mostrar que na Exposição Metafísica Kant fala apenas em termos da representação do espaço, então, pela mesma razão, não se pode defender a idealidade transcendental com base apenas na Exposição Metafísica. Em *Kant and the Claims of Knowledge*, Paul Guyer aponta:

Even if we concede his claims that we must have the representations of space and time in order to represent particulars at all [...], it would still be far from obvious show they would imply the nonspatiality and nontemporality of things in themselves. They might imply that we must have *a priori* acquaintance with the *representations* of space and time, for we could not otherwise derive *representations of objects* at all, but this would just be a thesis about the *representations* of space and time. (1987, p. 347)

A alegação de que na Exposição Metafísica Kant pode apenas tirar conclusões acerca da representação do espaço é uma objeção de cunho geral, isto é, aplica-se tanto aos dois argumentos em favor da aprioridade do espaço, quanto aos dois argumentos em favor do caráter intuitivo deste. Neste caso, se o idealismo proposto por Kant dependesse, em última análise, apenas dos argumentos dessa seção, então seria preciso caracterizá-lo como empírico ao invés de transcendental, uma vez que nada garantiria, à primeira vista, que a representação do espaço valesse necessariamente para objetos que existem – em algum sentido – fora da mente do sujeito, e que podem, justamente em virtude de sua

irreducibilidade a uma mente particular, ser apreendidos por todo e qualquer sujeito como espaciais.

Um modo de contornar esta objeção seria buscar nos quatro argumentos da Exposição Metafísica algo que indicasse que Kant tomou como suposto, a fim de mostrar que o espaço é intuição *a priori*, um conteúdo extramental que valesse para todo e qualquer sujeito cognoscente, ou seja, objetos que existissem separadamente e cujas propriedades fossem determinadas. Desse modo, Kant teria mostrado que o espaço, enquanto intuição *a priori*, além de ser condição de representação, vale também para as coisas representadas. Valendo também para as coisas representadas, isso permitiria explicar o caráter necessário e universal da representação do espaço, isto é, a alegação de que todo sujeito representa necessariamente as coisas como espaciais e que as coisas são, de fato, necessariamente espaciais em sentido empírico. Com o propósito de verificar se esse é o caso, cumpre, portanto, investigar brevemente as suposições nas quais se baseiam os argumentos em favor do caráter intuitivo *a priori* presentes na Exposição Metafísica.

No primeiro argumento da Exposição Metafísica, Kant pretende concluir a aprioridade do espaço ao mostrá-lo como condição da ordenação de sensações. De fato, aqui se tem a suposição de um conteúdo extramental, pois uma vez que o intelecto humano não é criador, deve-se admitir que algo nos é dado, a saber, o múltiplo que causa no sujeito as sensações. Mas uma vez que as sensações, como atesta Caimi (1996, p. 34), por serem meras modificações no estado do sujeito, são as representações de tipo mais subjetivo, parece que aqui ainda não se tem o necessário para garantir a existência separada de um objeto determinado. Já no segundo argumento, Kant de fato utiliza o termo ‘objeto’. Entretanto, nesta altura do texto não é dada uma razão explícita para alegar que Kant se refira aos objetos empíricos, mas apenas algo mais fraco, isto é, que representamos *algo*. Além disso, como o próprio Allison destaca, o segundo argumento consiste em um ‘experimento de pensamento’. Ora, na medida em que é da natureza de tais experimentos a competência de mostrar apenas possibilidades, somente do segundo argumento não poderia

se seguir que a nossa representação de algo implica, de fato, a existência de objetos empíricos¹⁹.

Quanto aos dois argumentos em favor do caráter intuitivo, a análise do conceito de espaço, ao contrário dos dois argumentos em favor da aprioridade, é feita única e exclusivamente com base na representação do espaço. Ou seja, para chegar à conclusão do caráter intuitivo e exclusão do caráter conceitual, Kant não argumenta levando em conta a relação do espaço com os objetos, mas sim a relação do espaço com as suas partes. Tomando em consideração este breve panorama dos quatro argumentos, tem-se, com efeito, que o único conteúdo extramental que Kant parece supor é aquele que ele utiliza no primeiro argumento da Exposição Metafísica, a saber, o múltiplo que gera sensações no sujeito²⁰. Dada a natureza subjetiva das sensações e a lacuna de não se tratar de objetos empíricos em momento algum da Exposição Metafísica, tudo leva a crer que uma prova que toma por fundamento unicamente os resultados dessa seção está fadada à admissão de um idealismo empírico, ou subjetivo.

Na Exposição Transcendental, por outro lado, ainda que Kant também extraia suas conclusões levando em consideração apenas a representação do espaço, tem-se indicações de que o conteúdo suposto na sua argumentação não é estritamente mental. Isso pode ser explicado pelo fato de que Kant sustenta o caráter intuitivo *a priori* do espaço a partir dos juízos sintéticos *a priori* da geometria, uma vez que é da natureza dos juízos²¹ a pressuposição de intersubjetividade universal e o comprometimento em fazer afirmações sobre as coisas no mundo. Como condição necessária da intersubjetividade, a existência do objeto empírico não pode estar no sujeito, visto que somente mediante a suposição da existência separada se torna possível que todo e qualquer indivíduo possa representar a mesma coisa que um indivíduo particular representa. Desse modo, o objeto deve existir fora da mente do sujeito, ainda que algo do objeto seja determinado pelo seu modo de

¹⁹ Isto é, no presente argumento Kant contrapõe o fato de que não podemos *representar* objetos sem o espaço ao fato de que podemos *pensar* o espaço sem objetos. Sendo assim, não é caso que seja possível, efetivamente, *representar* o espaço sem objetos, mas apenas que podemos entreter essa possibilidade.

²⁰ O múltiplo dado, como vimos anteriormente, corresponderia ao nível 1 do argumento de Berkeley tal qual Kant parece compreendê-lo e seria, portanto, incapaz de assegurar a existência de um objeto externo correspondente às sensações.

²¹ Não apenas dos juízos da geometria, mas de juízos enquanto se os entende como o conhecimento mediato de um objeto – sendo que tal mediação é feita por aquilo que compõe os juízos, a saber, os conceitos – e deixando de lado o caso peculiar dos juízos de percepção.

conhecer, a saber, a essência do objeto.²² Aquilo que é determinado pelo sujeito (a essência dos objetos) é o que pode, por conseguinte, ser apreendido universal e necessariamente.

Assim, que a existência do objeto não dependa do sujeito é indispensável para garantir a intersubjetividade, enquanto que o fato de a essência depender do sujeito explica a necessidade. Propomos, então, que apenas mediante a comunhão entre intersubjetividade e necessidade é que se pode extrair a universalidade. A possibilidade de um conhecimento intersubjetivo exige a existência separada do objeto, a necessidade exige que “x deve necessariamente ser tal”. Se “x deve necessariamente ser tal”, e não apenas para mim — uma vez que este objeto empírico pode ser apreendido por todo sujeito tendo em vista sua existência separada (intersubjetividade), parece se seguir a possibilidade de que o objeto empírico deva necessariamente ser apreendido como tal para todo e qualquer sujeito. Necessidade sem intersubjetividade parece não excluir que “x é necessário apenas para mim”. Mas na medida em que o objeto em questão não existe exclusivamente na minha mente (pelo contrário, está fora de mim), e aquilo a que se atribui necessidade é o aspecto do objeto que é constituído pelo meu aparato cognitivo, destas duas cláusulas parece se seguir a possibilidade de que o objeto seja necessariamente apreendido como tal por todo e qualquer sujeito. Daí se segue a importância de se atribuir a necessidade não apenas ao modo de representação, mas igualmente a um objeto cuja existência está fora da mente. Afinal, eu posso necessariamente *representar* algo como x, mas ainda assim o objeto que corresponde a essa representação ser y.²³

Portanto, é somente mostrando que aquilo que eu necessariamente represento é também aquilo que necessariamente pertence ao objeto da experiência que se obtém a cláusula necessária para garantir a realidade empírica, a saber, aquilo se vê expresso nos juízos: a intersubjetividade universal e afirmações referentes a coisas do mundo. A importância do “argumento da geometria” seria, pois, introduzir a partir dos juízos da geometria a suposição da existência separada de objetos determinados, de modo a descartar que todas nossas cognições pudessem fazer referência apenas à mera multiplicidade. A partir desta suposição, ter-se-ia o aparente problema quanto à possibilidade de intuir e

²² Quando utilizamos o termo ‘essência’, não o fazemos em algum sentido técnico, mas apenas em sentido neutro, isto é, referindo-nos à natureza ou modo de ser de algo.

²³ É o caso, por exemplo, de portadores de monocromacia, que necessariamente representam objetos coloridos como desprovidos de cor (sendo capazes de reconhecer apenas variações em brilho).

determinar *a priori* objetos que não estão na mente do sujeito cognoscente; problema este que é dissolvido ao se definir o espaço como forma do sentido externo. Ainda, do fato de a geometria euclidiana fornecer conhecimento necessário e universal dos objetos da experiência e na medida em que o espaço é o objeto da geometria, seguir-se-ia a validade universal e necessária do espaço com respeito a tais objetos, contanto que este seja entendido como forma do sentido externo.

O que o “argumento da geometria” não faz é mostrar que o espaço ele mesmo é *senão* uma representação,²⁴ e que é também a forma das aparências,²⁵ pois para a primeira é necessária a exclusão da alternativa ontológica de que o espaço é propriedade ou bem constitutiva ou bem relacional das coisas, e para se concluir a segunda é necessário que haja previamente esta exclusão.²⁶ Por conseguinte, não se pretende entender os argumentos da Exposição Transcendental como contendo toda a prova do Idealismo Transcendental, mas antes como fornecendo um passo argumentativo imprescindível para esta demonstração. Se tal leitura tem a desvantagem de depender da caracterização do estatuto da geometria como sintético *a priori* e da suposição de sua validade necessária e universal para objetos da experiência, por outro lado, ela encontra uma função própria para os argumentos apresentados por Kant na Estética Transcendental, respeitando, ainda, a ordem de argumentação promovida pelo autor.

2.1.2 A reconstrução de Allison do argumento para o Idealismo Transcendental

Aqui se pretende tratar de dois pontos concernentes à prova do Idealismo Transcendental reconstruída por Allison. O primeiro deles, diz respeito à atribuição de grande força ao primeiro argumento da Exposição Metafísica. O segundo deles, por seu turno, diz respeito à tentativa de atestar dois sentidos ao termo ‘forma da sensibilidade’ e tomar esta distinção como crucial para sustentar a tese da idealidade transcendental do espaço.

No primeiro argumento em favor da aprioridade do espaço contido na Exposição Metafísica, Kant apresenta o seguinte condicional: para que seja possível que as sensações

²⁴ O que Kant pretende fazer no item A das ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’.

²⁵ O que Kant pretende fazer no item B das ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’.

²⁶ Pretendemos dar maior atenção a essas afirmações ao longo do próximo capítulo.

se refiram a algo fora do sujeito e também para que seja possível representá-las como distintas do sujeito e, igualmente, como distintas uma das outras (*P*), é necessário que a representação do espaço já esteja subjacente (*Q*). Uma vez que *P* está suposto (como Kant parece supor), segue-se *Q*. Se, como quer Allison, a função atribuída ao termo ‘forma das aparências’ na introdução da Estética Transcendental pode ser identificada com a função cognitiva (*P*) vinculada ao espaço no argumento em questão, e se tal função cognitiva (*P*) é apenas suposta, então, mesmo sem entrar no mérito do que permite vincular necessária e exclusivamente o espaço a tal função, parece que não se tem propriamente um forte argumento para mostrar o espaço como forma das aparências.

Dito isso, o que se teria, por sua vez, é apenas a comunhão entre a apresentação de uma definição e a postulação de uma função que, por não serem propriamente justificados, tornam a afirmação do espaço como forma das aparências uma constatação essencialmente arbitrária. Isso talvez permitiria explicar porque mesmo Kant não teria procurado defender o espaço como ‘forma das aparências’ tomando por base apenas o primeiro argumento da Exposição Metafísica. Ou seja, o problema não é que a identificação proposta por Allison seja incompatível com o texto, mas antes que esta identificação não pode responder pela principal razão para se atribuir ao espaço a propriedade de ser forma das aparências, sob pena de tornar trivial um dos passos necessários para a prova do Idealismo Transcendental.

Além disso, ainda que se concedesse que a função atribuída ao espaço no primeiro argumento da Exposição Metafísica pudesse ser identificada com a função de forma definida na introdução da Estética Transcendental, restaria o problema quanto à suficiência deste argumento para a defesa do Idealismo Transcendental. Como já foi sugerido, isso requer uma investigação do primeiro argumento da aprioridade na Exposição Metafísica, pois, à primeira vista, tem-se o seguinte problema: o que garante que a condição de representação do que me é dado como ordenado (a representação do espaço) valha igualmente para a determinação das relações dos objetos? Afinal, no primeiro argumento da aprioridade, Kant fala do espaço apenas em termos de sua representação, de modo que, por este argumento, tem-se somente que a condição para o sujeito representar suas sensações como distintas de si e umas das outras é o espaço. Em decorrência disso, fica em aberto a questão de se a relação dos objetos de fato é determinada de acordo com o modo segundo o qual estes são percebidos.

Daniel Warren, em ‘Kant and the Apriority of Space’, nega que o primeiro argumento em favor da aprioridade do espaço possa servir para mostrar o espaço como “uma condição que é necessária para a representação de um estado de coisas objetivo (...), na explicação de Allison, essa tarefa é inseparável daquela de estabelecer validade objetiva e, assim, daquela de responder à questão sobre justificação” (1998, p. 223). O ponto de Warren é justamente algo que se mostra mais próximo à letra do texto: ao contrário de atestar a validade objetiva do espaço, o primeiro argumento busca somente apresentar um resultado negativo acerca da origem do espaço, qual seja, que este não é uma representação empírica. Este resultado, por seu turno, possui alguma contribuição para a alegação positiva feita sobre o espaço no argumento seguinte (isto é, que se trata de uma representação *a priori*), mas nem sobre esta alegação se pode responder à questão da legitimidade: é preciso uma afirmação positiva mais determinada com respeito à origem do espaço, a saber, que este responda pela forma da sensibilidade.

Por último, dado que Allison rejeita os argumentos da Exposição Transcendental (seção na qual, segundo a interpretação aqui proposta, Kant teria mostrado o espaço como forma da sensibilidade), segue-se que o peso da prova de Allison para a alegação de que o espaço possui um caráter formal recai sobre o primeiro argumento sobre a aprioridade do espaço. Sendo assim, parece plausível sugerir, novamente, que o idealismo proposto por Allison está próximo do tipo de idealismo que o próprio Kant acusaria de berkeleyano. Afinal, não seria possível garantir a correspondência entre representação e objeto representado e, portanto, não apenas a possibilidade de um conhecimento necessário e universal como o da geometria estaria comprometido, mas antes, a própria possibilidade de se conhecer quaisquer objetos.

A segunda objeção aparentemente cabível à leitura de Allison consiste na distinção feita entre ‘forma da sensibilidade₁’ e ‘forma da sensibilidade₂’, especificamente, na que diz respeito à forma dos objetos enquanto sensivelmente intuídos (forma da sensibilidade₂). Em B34, Kant define ‘forma da sensibilidade’ como aquilo *na mente* em que o múltiplo das aparências é *intuído* em certas relações. Ou seja, não se trata da forma de objetos, mas antes da forma daquilo que na mente nos permite intuir sensivelmente (o que Allison chamaria de ‘forma da sensibilidade₁’). A distinção entre forma da representação e forma do representado é dada de maneira muito mais clara na introdução da Estética, na medida

em que Kant define forma das aparências como aquilo que faz com que o múltiplo *seja ordenado* em certas relações (ou seja, um princípio de determinação dos objetos) e forma da sensibilidade como aquilo em que o múltiplo *é intuído* em certas relações (ou seja, um princípio de determinação *do modo de representar* os objetos).²⁷

Da demonstração de que o espaço seja tanto a forma da representação quanto a forma do objeto representado, chega-se ao Idealismo Transcendental, e parece que é justamente esta identidade que Allison tem em vista ao atribuir um sentido duplo para a expressão ‘forma da sensibilidade’. No entanto, para que se possa entender o termo forma da sensibilidade destes dois modos, é indispensável que seja apresentada uma boa razão. Afinal, de acordo com a letra das definições apresentadas na introdução da Estética, temos motivo para supor que forma da sensibilidade significa unicamente a forma de intuir sensivelmente, enquanto que a forma dos objetos intuídos responde pelo termo cunhado como forma das aparências. Sendo assim, dizer que forma da sensibilidade possui dois sentidos, sendo um deles o controverso ‘a forma dos objetos enquanto sensivelmente intuídos’, parece totalmente imprudente. Na medida em que Allison não apresenta razões que autorizem a compreensão do termo ‘forma da sensibilidade’ no sentido de ‘forma da sensibilidade₂’, parece que o comentador acaba justamente cometendo o erro que pretendia evitar, a saber, extrair a tese da idealidade transcendental de meras definições. Mas neste caso, ter-se-ia um agravante: a tentativa de obter a idealidade transcendental através de uma definição que sequer está presente no texto.

Se a leitura aqui apresentada não está de todo equivocada, Allison conseguiria, no máximo, mostrar que o espaço é forma das aparências, mediante a questionável identificação da função atribuída ao espaço no argumento primeiro da aprioridade com a noção de forma definida na introdução da Estética. Além disso, se, de fato, o primeiro argumento da aprioridade não escapa à objeção de que pode levar à afirmação de um idealismo empírico, e se, por fim, a distinção de ‘forma da sensibilidade’ entre ‘forma da sensibilidade₁’ e ‘forma da sensibilidade₂’ não procede, então é provável que a reconstrução do argumento do item B da seção intitulada ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’ não atinja o propósito de assegurar o realismo empírico.

²⁷ Agradecemos a José Alexandre Guerzoni por ter nos alertado sobre a diferença de sentido entre as duas definições.

Por outro lado, a Exposição Transcendental parece, à primeira vista, envolver duas vantagens com respeito ao argumento reconstruído por Allison. Uma destas, é que a seção em pauta permitiria mostrar o espaço como forma da sensibilidade sem fazer apelo a questões essencialmente terminológicas. A outra é que, com base em seus resultados, seria possível escapar à objeção de que Kant estaria defendendo um idealismo empírico ao invés de transcendental.

A fim de atestar a indispensabilidade da Exposição Transcendental para a prova do Idealismo Transcendental, fez-se necessário investigar a sua estrutura argumentativa, levando em conta o que Kant entende por uma exposição transcendental de um conceito e delimitar quais seriam as exigências para explicar a possibilidade do conhecimento geométrico. Se, ao cabo desta investigação, obtivemos êxito em defender que a Exposição Transcendental possui uma função própria para a prova do Idealismo Transcendental, então não apenas alcançamos o resultado negativo de que o argumento reconstruído por Allison não prova o Idealismo Transcendental, como também o resultado positivo de como a Exposição Transcendental permite fornecer um passo indispensável para assegurar a idealidade transcendental do espaço. Dito isso, nosso propósito agora é tomar como ponto de partida o que Kant entende pelas noções de ‘forma da sensibilidade’ e ‘forma da aparência’, buscando estabelecer quais argumentos da Estética Transcendental são cruciais pra atribuição do caráter formal ao espaço.

3. Sobre uma possível estruturação da Estética Transcendental à luz das noções de ‘forma da sensibilidade’ e ‘forma das aparências’

No corpo da Introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta duas definições de forma: *forma da aparência*, “aquilo que permite que o múltiplo da aparência seja ordenado em certas sensações” (B34), e *forma da sensibilidade*, “aquilo no qual todo o múltiplo das aparências é intuído em certas relações” (B34). No final desta introdução (B36), Kant declara que, como resultado dos argumentos que serão apresentados nas próximas seções, será estabelecido que espaço e tempo operam justamente como forma. Tendo em vista essa afirmação, nosso objetivo agora consiste em analisar que instantes do texto kantiano autorizam a atribuição de caráter formal ao espaço, buscando encontrar qual a função de cada uma das duas definições de forma apresentadas por Kant.

Começaremos ressaltando o que difere a definição de forma da aparência da definição de forma da sensibilidade: a primeira possibilita que o múltiplo *seja ordenado* em certas relações, enquanto que a segunda permite que este *seja intuído* em certas relações. Esta diferença, ainda que sutil, é o que impede que ambas as expressões possam ser tomadas de antemão como sinônimas. Levando isto em conta, pretendemos indicar que não basta Kant provar uma para que imediatamente se siga a outra. O fato de não serem expressões sinônimas será considerado aqui como um indício que ambas necessitam de provas distintas. Ou seja, não basta mostrar que o espaço é *forma da sensibilidade* para se obter a conclusão imediata de que é, igualmente, *forma das aparências*. De fato, espaço é tanto o princípio formal da nossa capacidade representativa (sensibilidade) quanto daquilo que representamos (objetos empíricos), mas o que permite uma e outra atribuição envolve considerações distintas.

Como ponto de partida, entenderemos ‘forma da sensibilidade’ como um princípio formal da constituição do sujeito, isto é, da sua capacidade de intuir o múltiplo dado. Por outro lado, entenderemos ‘forma da aparência’ como um princípio formal daquilo que o autor define por *aparência*, a saber, “o objeto indeterminado de uma intuição empírica” (B34). Tomando por suposto que sensações não podem conter em si mesmas um princípio próprio de ordenação (B34), Kant declara que este princípio deve estar disponível *a priori*

na mente do sujeito. Sendo assim, não apenas a forma da sensibilidade, mas também a forma das aparências deve ter seu fundamento no sujeito cognoscente.

Como já vimos, existe na literatura tentativa de defender que o primeiro argumento da Exposição Metafísica desempenha com sucesso o papel de mostrar o espaço como um princípio formal das aparências. Tal argumento se baseia na suposição citada anteriormente, qual seja, que sensações não podem ser recebidas ordenadamente. Outra suposição é que a discriminação (ou ordenação) mínima das sensações reside na possibilidade de representá-las como distintas do sujeito e uma das outras, dado que ocupam lugares distintos. Por fim, é suposto que esta possibilidade depende de o espaço já estar subjacente à experiência. Chamamos aqui estas afirmações de suposição porque, sem uma aprofundada inspeção, todas carecem de justificativas. Primeiro, por que não seria possível o dado sensível já ser recebido ordenadamente? Segundo, por que outra propriedade, que não a sua localização no espaço, não pode responder pelo que discrimina (ou ordena) sensações? Terceiro, por que o espaço não pode ser dado simultaneamente com a experiência, ao invés de subjazer a ela?

A não ser que tais perguntas obtenham respostas satisfatórias, aqueles que defendem o primeiro argumento como contendo a prova de que o espaço é forma devem reconhecer que tal afirmação é essencialmente arbitrária. Afinal, tudo que se tem até então é (1) a definição de forma na Introdução da Estética, como um princípio de ordenação, (2) a suposição de que sensações não contêm em si mesmas ordenação, e (3) a suposição que o espaço é princípio de ordenação das sensações. Com tanta carência de justificativas, não é de se estranhar que textualmente não se encontre a afirmação de que o espaço é forma já no primeiro argumento da Exposição Metafísica. Kant a declara depois de apresentados todos argumentos desta exposição e da exposição seguinte, nas ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’. Aqui, pretendemos seguir a ordem de argumentação do texto para, quem sabe ao cabo da investigação, podermos avaliar se esta ordem possui alguma pertinência.

No momento seguinte da Exposição Metafísica, Kant sustenta positivamente que o espaço é uma representação *a priori*. Há quem defenda, como H.J Paton, que da prova “conjunta” do caráter *a priori* se segue o caráter formal do espaço — conjunta, neste caso, porque também leva em conta o segundo argumento em favor do caráter *a priori*. A principal vantagem atribuída é que o segundo resolveria um problema deixado em aberto

pelo primeiro. Trata-se do problema referente à terceira questão que nos colocamos acima, isto é:

The second argument goes further and maintains that we can know space and time apart from appearances. The first argument by itself is not enough to establish the logical priority of space and time; for space and time might stand to appearances in a symmetrical relation, and appearances might be the condition of space and time just as much as space and time are the conditions of appearances.

Space and time are necessary and *a priori* ideas. The reason for this is that we can think away objects of experience from space and time, and still have space and time left; but if we try to think away space and time from objects of experience, we have nothing left. It follows that space and time are not ‘determinations’ logically dependent upon appearances; they are the conditions of the possibility of appearances and are logically prior to them. (1936, p. 112)

Ora, se o primeiro argumento estabelece que o espaço é condição das aparências e se o segundo exclui que o inverso também seja o caso e, por fim, se se aceita que toda matéria tem origem *a posteriori* e toda forma possui fundamento *a priori*, então, de fato, tem-se uma razão mais forte para atribuir um aspecto formal ao espaço na medida em que se considera ambos os argumentos em favor da aprioridade. Mas, novamente, a alegação de que toda forma é *a priori* depende de se compreender (1) forma como princípio de ordenação e (2) dados empíricos como incapazes de ordenar, apenas podendo ser ordenados. Na medida em que o último continua sendo tomado como suposto, e na medida em que o peso da prova permanece residindo nessa premissa, o problema, portanto, permanece em aberto.

Depois de se dedicar à prova do caráter *a priori*, Kant desenvolve dois argumentos que visam afirmar o espaço como uma representação intuitiva ao invés de conceitual. Assim, tem-se que o resultado final da Exposição Metafísica é a consideração do espaço como intuitivo e ao mesmo tempo *a priori*. Para comentadores que rejeitam os resultados da Exposição Transcendental, o estabelecimento dessa conclusão já seria suficiente para

levantar a seguinte questão: como é possível algo ser concomitantemente intuitivo e *a priori*, uma vez que “intuição só acontece na medida em que o objeto nos for dado” (B33)? A resposta pretendida é que o espaço só pode ser tal se estiver disposto na mente como forma da sensibilidade.

Entretanto, tentamos esboçar que a alegada contradição entre ser intuitivo e ser *a priori* surge ao se entender que o objeto dado possui existência independente da mente, ou seja, que o objeto é dado pela experiência. Mas o que exclui que o objeto possa ser dado por outra faculdade humana que não a sensibilidade, ou mesmo por Deus? Que evidência nós temos, ao cabo da Exposição Metafísica, para excluir que o objeto tenha tanto sua existência quanto sua essência fundadas na mente? O que autorizaria Kant, nesta altura, a dispensar o idealismo que ele atribuía a (e criticava em) Berkeley? Deixamos a tarefa de encontrar uma resposta para essas questões a quem acha possível defender a posição relativa à suficiência da Exposição Metafísica para a afirmação do espaço como forma da sensibilidade.

Na seção subsequente à Exposição Metafísica, a chamada Exposição Transcendental, Kant pretende apresentar que condições autorizam o espaço a funcionar como princípio de outras cognições sintéticas *a priori*. Seguindo a posição de Caimi, concordamos que a explicação de tais cognições exige dois momentos: primeiro, mostrar o que determina seu estatuto como sintético *a priori*; segundo, apresentar o que faz com que tais cognições possuam validade objetiva. Kant começa declarando que “Geometria é uma ciência que determina sinteticamente e mesmo assim *a priori* as propriedades do espaço”. As razões para essa afirmação são dadas apenas na Introdução da *Crítica da Razão Pura*, de modo que neste momento do texto o estatuto da geometria é tomado como um fato. Levando em conta as exigências deste estatuto, Kant conclui, na segunda alínea da Exposição Transcendental, que o espaço deve ser uma intuição *a priori*.

A terceira alínea da seção em pauta abre com uma pergunta que envolve a conclusão obtida na alínea anterior e a atribuição de uma função ao espaço: “Ora, como pode estar presente na mente uma intuição externa que precede os próprios objetos e na qual o conceito destes últimos pode ser determinado *a priori*?” (B41). Com base nessa formulação, vemos que para Kant o espaço não é apenas uma intuição *a priori*, mas também um princípio de determinação de objetos. É nesta altura no texto que, pela primeira

vez, vemos Kant afirmar o espaço como forma do sentido externo,²⁸ dado que isto seria exigido pelas duas atribuições feitas ao espaço. Em suma, o ponto principal é que se algo está na mente *a priori* e possui a função de determinar outras cognições, então este algo só é possível se responder pelo aspecto formal da constituição do sujeito. Ou seja, o espaço, uma vez que é constitutivo da nossa faculdade receptiva, faz com que necessariamente representemos as coisas como espaciais.²⁹

Entretanto, podemos aqui nos perguntar o que permite ser declarado que o espaço é o princípio de determinação dos conceitos de objetos. De acordo com nossa análise prévia, esta afirmação deriva do modo como Kant compreende os juízos da geometria. Para o autor, esta ciência (1) tem por fundamento o espaço e (2) nos fornece conhecimento necessário e universal de objetos. Conhecimento é verdade como correspondência entre representação e representado. Mas a comunhão entre necessidade e universalidade parece exigir que este representado não seja redutível à mente. Isto porque se um juízo é necessário não apenas para mim, mas para todo o sujeito, temos que supor intersubjetividade universal. Como uma condição da intersubjetividade, a existência do objeto empírico não pode estar no sujeito, visto que sem a suposição da existência separada não se pode garantir que todo e qualquer indivíduo seja capaz de representar a mesma coisa que um indivíduo particular representa.

Porém, o que nos permite fazer a suposição de intersubjetividade universal? Esta é uma pergunta crucial, pois na medida em que a intersubjetividade universal é condição necessária para o objeto não poder ser tomado como estritamente mental, respondê-la é encontrar os primeiros elementos para se descartar o idealismo subjetivo criticado por Kant. A resposta que temos disponível foge um pouco do viés tradicional: podemos verificar a correspondência do que é construído na intuição pura mediante a experiência, isto é, aplicando princípios geométricos aos objetos da experiência, podemos confirmar sua validade. Sendo assim, se a geometria é verdadeira universal e necessariamente não apenas para os objetos construídos na intuição pura, mas também para os objetos empíricos, só poderemos, em última análise, compreendê-la se o seu fundamento (o espaço) responder

²⁸ O que será tomado como uma expressão equivalente a ‘forma da sensibilidade’, uma vez que remete à capacidade representativa do sujeito.

²⁹ Importe ressaltar que, aqui, não assumimos que o espaço também permite representar as coisas como necessariamente espaciais.

pela forma do sentido externo humano. Ou seja, é porque o sujeito determina a essência dos objetos, e não o inverso, que possuímos um tal conhecimento. Chegamos aqui à revolução copernicana de Kant.

Importante notar que, até aqui, nos preocupamos apenas com o estatuto do espaço como algo em nós, a saber, primeiramente como intuição pura, posteriormente como forma da sensibilidade. Resta ainda estabelecer o que de fato o espaço é e que tipo de objeto é esse que possui seu fundamento no sujeito. Com essa finalidade, voltamo-nos agora aos itens A e B das ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’.

O item A estabelece um resultado negativo, qual seja, excluir que o espaço possa ser uma propriedade quer constitutiva quer relacional das coisas enquanto consideradas em si mesmas. Se o espaço fosse uma propriedade desta sorte de coisas, não poderia ser intuído *a priori*, mas Kant já teria mostrado o espaço como intuição *a priori* ao longo da Exposição Metafísica. Por conseguinte, a hipótese de que o espaço tenha uma origem não-subjetiva é descartada no presente item. Cabe ressaltar que, nessa altura do texto, há uma mudança argumentativa importante: não se está mais buscando o que pertence ao conceito de espaço, mas sim visando determinar que espécie de relação o espaço mantém com as coisas. Afinal, antes das ‘Conclusões a partir dos conceitos acima’ tudo que se tinha era o espaço como uma propriedade do sujeito, a saber, como forma da sua faculdade receptiva. Temos então que o item A exclui que o espaço seja uma propriedade das coisas em si mesmas. Mas se é para termos conhecimento e conhecimento é correspondência, então o espaço deve ser propriedade de objetos, ainda que estes objetos tenham um estatuto peculiar.

No entanto, antes de nos voltarmos para questão relativa ao estatuto dos objetos sobre os quais temos conhecimento, vale tratarmos de uma hipótese de leitura que consiste em tomar os elementos envolvidos no item A e no item B como exaustivamente excludentes. Trata-se do par de alternativas “ser propriedade (quer constitutiva, quer relacional) de coisas em si mesmas” e “ser princípio formal de aparências”. Se tais alternativas fossem de fato excludentes, então bastaria negar a primeira para se obter a segunda. Neste caso, o resultado do item B seria uma consequência lógica do resultado obtido no item A, dispensando, portanto, demais justificativas a respeito. Isso significa, em última análise, que bastaria definir o espaço como intuição *a priori* para chegar a conclusão de que ele é forma das aparências. Desse modo, mesmo atestando a insuficiência do primeiro

argumento da Exposição Metafísica para dar conta da noção de forma das aparências, ter-se-ia, ainda assim, um meio de defender o caráter formal do espaço sem levar em conta a Exposição Transcendental.

O que aqui pretendemos sugerir é que “ser propriedade (quer constitutiva, quer relacional) de coisas em si mesmas” e “ser princípio formal de aparências” não é um par de alternativas exaustivamente excludentes. O que talvez possamos conceder, sem maior inspeção, é que os termos “coisas em si mesmas” e “aparências” de fato o sejam. Dito isso, ao se negar que o espaço é propriedade das coisas em si mesmas, teríamos, necessariamente, que ele é uma propriedade das aparências. No entanto, do fato de ser uma propriedade de algo não se segue, imediatamente, que seja uma propriedade formal. Mas de onde se tiraria, então, o caráter formal do espaço?

Poder-se-ia dizer que, uma vez que o espaço é uma representação *a priori*, ele deve ser uma representação formal. A fim de avaliar essa alternativa, partiremos de dois pontos: primeiro, pelo termo *a priori* se tem que algo é independente da experiência e segundo, para algo ser forma precisa exercer um papel de determinação. Dado que as exigências para uma representação ser *a priori* e ser formal são distintas, não podemos dizer, sem mais, que de uma se seguiria imediatamente a outra. Quando Kant apresenta as definições dos conceitos centrais na Introdução da Estética Transcendental, ele afirma que toda forma deve ser *a priori* ao tomar a suposição de que sensações não possuem em si mesmas qualquer ordenação. Dito isso, teríamos que a função de determinação mais a cláusula do sensível não ser em si mesmo ordenado é o que leva a concluir que toda forma é *a priori*.

Feitas essas considerações, tudo que teríamos até o item A (supondo a exclusão dos resultados da Exposição Transcendental) é a constatação de que o espaço seja uma representação *a priori*, mas não ainda que seja forma. Na medida em que a única regra que teríamos até então é inversa, isto é, de algo ser forma se segue que é *a priori*, para que o espaço pudesse ser afirmado como forma, restaria ainda mostrar que ele possui um papel de determinação. Entretanto, poder-se-ia fazer ainda uma objeção tomando por base o que Kant escreve na última alínea da introdução à Estética Transcendental:

Na estética transcendental, por conseguinte, **isolaremos** em primeiro lugar a sensibilidade separando tudo o que o entendimento pensa nela mediante seus conceitos, a fim de que não reste senão a intuição empírica. Em segundo lugar, desta última ainda separaremos tudo o que pertence à sensação, a fim de que nada mais reste senão a intuição pura e a mera **forma dos fenômenos, a única coisa que a sensibilidade pode fornecer a priori**. (B36)

Na medida em que Kant afirma ser a forma o único elemento da sensibilidade que pode ser *a priori*, então parece que o passo inverso ao que tínhamos anteriormente também é correto, qual seja, que ao estabelecer uma representação como *a priori* se segue imediatamente que ela seja formal. No entanto, nesta altura temos apenas uma afirmação, mas nenhuma razão ou argumento que a justifique. Sendo assim, podemos ler essa passagem apenas como uma antecipação do resultado que se terá ao cabo da investigação, e não como uma regra que possibilita a transição da noção de *a priori* para a noção de forma. Mesmo porque é possível ter representações *a priori* das quais não cabe dizer também que expressam propriedades formais de algo, como, por exemplo, a idéia de Deus.

Porém, vamos ainda supor que algum objetor use o traço de necessidade para tentar validar tal transição, uma vez que uma representação *a priori* é igualmente necessária. Neste caso, bastaria ser uma representação necessária para ser imediatamente formal? De fato, uma representação formal é necessariamente uma representação necessária, mas a questão é: pode-se afirmar também o inverso, qual seja, que uma representação necessária é necessariamente uma representação formal? Se assim fosse, porque, por exemplo, força e impenetrabilidade não são defendidas como formais, ainda que também necessárias à representação de corpo (B35)? Para algo ser tido como forma, já vimos, é preciso que desempenhe um papel de determinação, neste caso, sobre aquilo que pode nos ser apresentado externamente como objeto. Ora, mas esta função parece ser justamente aquela que encontramos ao longo da Exposição Transcendental, quando sugerimos que o conhecimento geométrico só pode ser explicado se o espaço determinar a essência de objetos. Nesse sentido, um intérprete da obra de Kant que pretenda negar qualquer função própria da Exposição Transcendental, não pode se escusar de apresentar razões que justifiquem a atribuição do papel de determinação de objetos ao conceito de espaço.

Por último, entreteremos hipoteticamente que algum objetor consiga dar razões que permitam fazer a passagem da noção de *a priori* para a noção forma, utilizando apenas as definições kantianas e argumentos que não da Exposição Transcendental. Nesse contexto, perguntaríamos-nos então o seguinte: se tudo que estivesse à disposição é que o espaço é intuição *a priori* mediante os argumentos da Exposição Metafísica e a concessão de que algo ser *a priori* exija que seja forma, poder-se-ia então dizer que é forma de *objetos*? Parece que só se estaria autorizado a dizer que é forma no sentido mais fraco ou mais idealista de aparência, não no sentido de objetos empíricos ou fenômenos. Isto porque, como já pretendemos ter indicado, somente tomando por base as afirmações da Exposição Metafísica, não seria permitido eliminar a possibilidade de que todas nossas representações tivessem apenas a multiplicidade como fundamento. A conseqüência indesejável disso é, pois, que não seria possível garantir que nossas representações se valessem de referência objetiva.

De acordo com o tentamos indicar previamente, o que permite na Estética Transcendental assegurar a noção de objeto empírico é o argumento que leva em conta o estatuto e a validade da geometria. Ou seja, mesmo que o objetor seja capaz de assegurar que o espaço possui um papel de determinação, tratar-se-ia de uma determinação de aparências, não de objetos empíricos. Se tal for o caso, então não haveria escapatória senão aceitar o papel próprio da Exposição Transcendental. Afinal, mesmo se o objetor quisesse aceitar que as duas alternativas do item A e B são de fato excludentes e fosse capaz de suprir as exigências para defender espaço como forma, restar-lhe-ia a incumbência de salvar o Idealismo Transcendental da acusação de idealismo subjetivo.

Tendo todas essas considerações em mente, resta-nos ainda assentar o papel desempenhado pelo item B. Pretendemos indicar que tal item acaba possuindo duas funções: (1) estabelecer positivamente o que o espaço é relativamente às coisas e (2) apresentar a sorte de objeto de que podemos ter conhecimento. A resposta dada por Kant é que “o espaço é *senão* a forma de todas as aparências do sentido externo” (B42).³⁰ Tomaremos essa conclusão como conseqüência de duas considerações, quais sejam, espaço como forma da sensibilidade e espaço como não sendo propriedade de coisas em si mesmas.

³⁰ Grifo meu.

Ora, ao se aceitar que (a) ‘ser considerado em si mesmo’ e (b) ‘ser considerado em relação ao sujeito’ é um par de alternativas exaustivamente excludentes, ao se negar a primeira, deve-se admitir a segunda. Ou seja, visto que não podemos ter conhecimento das coisas em si, todo o nosso conhecimento de objetos se restringe às coisas enquanto consideradas na sua relação com o sujeito. Se estas coisas que nos são dadas têm fundamento no sujeito (dada a exclusão que sejam coisas em si), e a forma da capacidade receptiva é o espaço (o que surge como resultado da Exposição Transcendental), então o espaço deve ser forma das aparências. Aparências, portanto, são um tipo especial de objetos. A essência das aparências é determinada pelo sujeito, mas as aparências não são redutíveis à mente, uma vez que sua existência (dada a pressuposição de intersubjetividade universal a partir da natureza dos juízos geométricos) deve ser independente.

Dito isso, concluímos que o espaço é defendido tanto como forma da sensibilidade quanto forma das aparências, o que permite explicar porque encontramos correspondência entre o que é construído na intuição pura com o que é dado na experiência. Além disso, pretendemos ter indicado que há uma anterioridade da noção de forma da sensibilidade com respeito à noção de forma das aparências, uma vez que para chegar à segunda, é necessário o estabelecimento da primeira mais a exclusão da possibilidade de conhecer coisas em si³¹. Ainda, acreditamos ter encontrado uma explicação que permite entender a

³¹ Queremos deixar manifesto que esse resultado pode não ser definitivo, uma vez que não exploramos aqui a hipótese segundo a qual o estabelecimento do espaço como forma da sensibilidade acabaria implicando a alegação de que também é forma das aparências. A principal razão seria a seguinte: quando explicamos a validade do conhecimento sintético *a priori* da geometria, utilizamos para tal fim a noção de forma da sensibilidade. Na medida em que devemos salvaguardar a noção de verdade como correspondência para explicar a validade da geometria, devemos admitir que a constituição do sujeito (ou seja, a sua forma receptiva) determina os objetos, e não o inverso. Ora, a noção de ‘aparência’ é justamente a de objeto enquanto considerado na sua relação com o sujeito. Portanto, a noção de ‘forma da sensibilidade’ poderia implicar a noção de ‘forma da aparência’, sem a necessidade de cumprir previamente as seguintes exigências: (1) promover a exclusão de que os objetos da nossa experiência sejam coisas em si e (2) levar em conta a tomada dos termos ‘considerado em si’ e ‘considerado em relação ao sujeito’ como auto-excludentes. No entanto, ambas as exigências, ainda que não fossem cruciais para afirmar o espaço como forma das aparências, seriam indispensáveis para estabelecer que o espaço não é *senão* forma das aparências. Sendo assim, teríamos, em ambos os casos, que a noção de ‘forma da sensibilidade’ é anterior à noção de ‘forma das aparências’, na medida em que a primeira é condição para a segunda e não o inverso. Mas, no cenário que adotamos, tal sentido de ‘anterioridade’ seria menos imediato, pois a noção de ‘forma das aparências’ não dependeria exclusivamente do estabelecimento do espaço como forma da sensibilidade. Dito isso, a razão pelo qual optamos pela presente leitura diz respeito ao fato de Kant só mencionar o termo ‘forma das aparências’ no item B, e não já na Exposição Transcendental. Além disso, se (1) mostramos o espaço como forma da sensibilidade e se (2) excluimos que possa ser propriedade de coisas em si, então temos que necessariamente o espaço é forma de aparências e *somente* forma das aparências. No outro caminho, deveríamos mostrar (1) que o espaço é forma da sensibilidade, em seguida (2) que disso se segue que é forma

ordem de argumentação do texto: a Exposição Metafísica mostra o espaço como intuição a priori, mas isto não é suficiente para mostrá-lo como forma da sensibilidade; a Exposição Transcendental mostra o espaço como forma da sensibilidade, mas deixa em aberto qual a relação do espaço com as coisas que conhecemos e que tipo de coisas são estas; o item A permite excluir, com base no resultado da Exposição Metafísica, uma das duas alternativas de ser das coisas. O item B permite afirmar que coisas são estas, com base no resultado da Exposição Transcendental, acrescido do resultado obtido no item A.

Por fim, cabe destacar que uma interpretação que atribui peso à Exposição Transcendental está sujeita à rejeição tanto quanto uma interpretação que a descarta. Afinal, se de um lado temos a suposição de uma ciência³² que nos dá conhecimento universal e necessário de objetos para extrair o caráter *a priori* do espaço, de outro temos a suposição de que a matéria não contém em si ordenação, de modo que toda forma é *a priori*. Com respeito à primeira, temos o uso desta ciência como evidência enquanto que, com relação à segunda, não nos resta algo senão aceitá-la arbitrariamente. Optamos nesta proposta de leitura pela defesa de uma função própria para a Exposição Transcendental porque acreditamos que ela não pula etapas e nem exige reconstruções de argumentos que Kant não ofereceu.

das aparências, (3) excluir que seja propriedade das coisas em si, para aí sim chegar à conclusão de que é somente forma das aparências. Ou seja, a desvantagem deste último caminho, além de se distanciar da letra do texto, reside no fato de exigir a elaboração de um passo argumentativo adicional para obter o resultado de que o espaço é *somente* forma das aparências, passo este que é totalmente dispensável, uma vez que podemos chegar ao mesmo resultado pretendido por um meio em que não é preciso desenvolvê-lo.

³² O que seria problemático considerando a existência de geometrias não-euclidianas e também a alegação de que os juízos da geometria são analíticos ao invés de sintéticos *a priori*.

Conclusão

The question is: have I learned anything about life? Only that... only that human beings are divided into mind and body. The mind embraces all the nobler aspirations, like poetry and philosophy, but the body has all the fun. The important thing, I think, is not to be bitter. (...) Well, that's about it for me folks. Goodbye.

Woody Allen
Love and Death

Acreditamos ter chegado a um corpo de resultados preliminares com respeito ao objetivo inicial que traçamos para este ensaio. *Grosso modo*, tornou-se possível assentar uma função que fosse própria para a Exposição Transcendental, na medida em que tentamos atribuir a esta seção a virtude de fornecer os elementos necessários para garantir o realismo empírico. A fim de sumarizar de que modo realizamos tal empresa, cumpre destacar quais foram os principais passos argumentativos tomados em nossa pesquisa.

Primeiramente, vimos que, para Kant, a principal diferença entre o Idealismo Transcendental e o idealismo dogmático de Berkeley compete à postulação de objetos cuja existência não se reduz à mente do sujeito. Depois de fazermos uma breve incursão ao idealismo berkeleyano, indicamos que, tal como Kant o compreende, o único substrato não redutível à mente que pode ser postulado na tese do filósofo inglês é o dado bruto sensível (ou, na terminologia kantiana, a multiplicidade dada). Na medida em que a partir da multiplicidade só se tem sensações e ao passo em que estas são essencialmente subjetivas, então não seria possível garantir referência que fosse externa e objetiva às nossas representações com base apenas na noção de multiplicidade dada.

Tendo isso presente, prosseguimos em busca de estabelecer qual tipo de conteúdo seria necessário para assegurar a objetividade. Depois de certa reflexão, encontramos indícios para suspeitar que a cláusula da não-redutibilidade à mente deve ser acompanhada da função de determinação, isto é, não basta que nossas representações façam referência a

um substrato externo, é preciso, também, que este substrato seja determinado.³³ Sendo assim, para escapar do idealismo dogmático é forçosa a apresentação de conteúdos que existem fora da mente e que possuem certa determinação. Vimos, em certa passagem dos *Prolegômenos*, que Kant os denomina ‘objetos empíricos’, os quais constituem toda a experiência possível e sobre os quais os juízos da geometria contêm afirmações verdadeiras.

Em seguida, nos deparamos com outra situação no *Prolegômenos* em que Kant relaciona a geometria com a noção de objetos empíricos. Intrigados com a natureza dessa relação, redirecionamos nossa atenção especialmente para a geometria. Desta vez, contudo, o fizemos no âmbito da Estética Transcendental da Crítica da Razão Pura, seção na qual a função desempenhada pelo argumento que leva em conta esta ciência é algo em disputa. Em linhas gerais, apresentamos a leitura de Mario Caimi sobre a Exposição Transcendental, para quem o esclarecimento de como a geometria é possível depende de explicar o estatuto e validade dos juízos desta ciência, interpretação esta que julgamos se adequar bem à letra do texto kantiano.

Posteriormente, destacamos que, na terceira alínea da Exposição Transcendental, Kant parece atribuir ao espaço a função de determinar *a priori* o conceito de objetos, função esta que ainda não havia sido mencionada no desenvolvimento da Estética Transcendental. A partir disto, pretendemos apontar algumas razões preliminares que permitiriam traçar uma relação entre explicar a validade do conhecimento geométrico com a função atribuída ao espaço,³⁴ tendo no horizonte a provisão de elementos para uma resposta à acusação de idealismo estritamente subjetivo. A relação consistiria no seguinte: só faz sentido falar em verdade como correspondência entre representação e objeto (portanto, em um *conhecimento* geométrico) se existem coisas distintas de nós que podemos conhecer e que possuam algum tipo de determinação – isto é, que seja, em algum sentido, objetos – por oposição a uma mera multiplicidade indeterminada.

Além disso, a geometria não é tomada como se restringindo às representações de um sujeito, mas sim como competindo a juízos, que enquanto intersubjetivamente

³³ Sem isso, dado que a multiplicidade é pura indeterminação, a ordem imposta pelo aparato cognitivo do sujeito ao dado recebido não poderia ter um correlato externo. Daí a necessidade de atribuir determinação também à referência de nossas representações, de modo que essa referência possa ser dita objetiva.

³⁴ Uma vez que a menção a esta função aparece exclusivamente na parte da Estética Transcendental que trata justamente do espaço como um princípio de cognições sintéticas *a priori* da geometria.

compartilhados, são desassociados de um indivíduo em particular. Que os objetos sejam determinados pelo espaço figuraria, pois, como uma consequência inevitável na medida em que supomos a validade do conhecimento na geometria. Afinal, sem a determinação de objetos não é possível garantir a exclusão de que toda referência das nossas cognições seja simplesmente uma mera multiplicidade. Já com base na hipótese da intersubjetividade temos que o recorte não se dá de acordo com a constituição de cada indivíduo em particular. Se tudo que pudéssemos supor é a mera multiplicidade e não fornecêssemos razões pra assegurar a noção de compartilhamento, então nos encontraríamos na mesma posição que Kant imputou a Berkeley, isto é, desautorizados a eliminar a hipótese de que todas nossas experiências tratam-se apenas de ilusões.

Dito isso, prosseguimos nosso estudo primeiramente exibindo de modo sucinto a interpretação de Henry Allison no que diz respeito ao argumento da geometria e aos movimentos argumentativos necessários para defesa do Idealismo Transcendental. Primeiramente, concentramo-nos em mostrar que o modo como Allison entende a estrutura da Exposição Transcendental força que o argumento da geometria seja tomado como dispensável, mas que se lemos a estrutura de um modo diferente, tal argumento não pode ser tão facilmente descartado. Posteriormente, que Allison usa contra o argumento da geometria o fato de que este trata somente da representação do espaço,³⁵ como se o recurso à geometria não pudesse adicionar alguma sorte de contribuição para o Idealismo Transcendental apenas por este motivo.

Em seguida, lançamos a suspeita de que um modo de escapar à acusação de idealismo dogmático na Estética Transcendental seria através de indícios, na Exposição Metafísica e/ou na Exposição Transcendental, que apontassem para existência de objetos que existem separadamente e cujas propriedades fossem determinadas. Sugerimos brevemente que os quatro argumentos da Exposição Metafísica não cumpriram essa tarefa, mas que a Exposição Transcendental, ao contrário, poderia fazê-lo. Para tanto, utilizamos a noção de intersubjetividade universal e o comprometimento em fazer afirmações acerca de coisas no mundo, que são características próprias dos juízos, para obter a noção de objeto requerida. Ou seja, através do apelo ao conhecimento geométrico, passamos a lidar com algo mais forte que simplesmente representações: os juízos. Nesse sentido, a Exposição

³⁵ Algo que também pode ser dito da Exposição Metafísica, da qual depende o argumento de Allison.

Transcendental apresentaria elementos mais sólidos para se aproximar de um realismo empírico do que a Exposição Metafísica.

No que concerne à interpretação de Allison, levantamos, por fim, duas dificuldades. A primeira delas diz respeito à alegação segundo a qual o primeiro argumento da Exposição Metafísica poderia servir para assentar o espaço como forma das aparências. Procuramos indicar que tal movimento é questionável, dado que seria fruto de arbitrariedades e não que resolveria o problema quanto à garantia da relação de validade entre representação e objeto. A segunda dificuldade, por sua vez, tange à atribuição de duplo sentido para a noção de ‘forma da sensibilidade’, a qual acreditamos não poder ser justificada textualmente. Ao cabo desta análise, almejamos ter aconselhado certo cuidado ao fazer a recusa do argumento da geometria. Com respeito à posição de Allison, quisemos levantar a possibilidade de tal recusa ter causado uma proximidade ao idealismo dogmático de Berkeley.

No terceiro e último capítulo, partimos do suposto que a defesa do espaço como transcendentalmente ideal e empiricamente real depende de caracterizá-lo tanto como forma da sensibilidade quanto como forma das aparências. Em seguida, tentamos apresentar algumas razões para a desqualificação dos primeiro e segundo argumentos da Exposição Metafísica como bons candidatos para mostrar o espaço como forma das aparências. Logo após, indicamos que o resultado final da Exposição Metafísica³⁶ seria insuficiente para sustentar o espaço como forma da sensibilidade. Em contrapartida, atribuímos à Exposição Transcendental a função de exibir o espaço como forma da sensibilidade (respeitando, assim, o que consta textualmente).

Dito isso, prosseguimos rumo ao item A das ‘Conclusões’, para então sugerirmos que talvez o par de alternativas ‘ser propriedade das coisas em si’ e ‘ser princípio formal das aparências’ não fosse exhaustivamente excludente, em razão da necessidade de demonstração do seu caráter formal. Com base nesta consideração, transitarmos por diversos cenários argumentativos que não correspondem à letra do texto, mas que tentariam partir apenas da definição do espaço como intuição *a priori* para mostrar o seu caráter formal. Procuramos mostrar que, em todos esses argumentos tentativos, resta alguma lacuna. Feito isso, aspiramos a realçar que o esforço de mostrar o caráter formal do espaço

³⁶ A saber, a afirmação de que a representação do espaço é uma intuição *a priori*.

depende de entendê-lo como um princípio de determinação, o que é próprio da Exposição Transcendental. Por último, pretendemos traçar o caminho que leva à afirmação do espaço como forma das aparências no item B das ‘Conclusões’, encerrando, assim, a proposta inicial do capítulo, a saber, de fixar quais momentos da Estética Transcendental serviriam para atribuição do caráter formal do espaço.

Para finalmente concluir, nesta dissertação, nos empenhamos em oferecer uma resposta que fosse diversa daquela que encontramos na literatura. Em suma, entretemos que a geometria é indispensável à defesa do realismo empírico na medida em que carrega consigo as noções de verdade como correspondência, intersubjetividade e não-redutibilidade de objetos à mente, isto é, na medida em que é composta de juízos e não meramente de representações. Porém, o caráter deveras preliminar de nosso estudo implica o não fornecimento de argumentos com um teor mais detalhado de justificativas, tanto no que diz respeito à parte positiva sobre a Exposição Transcendental, como no que tange à parte negativa sobre a insuficiência da Exposição Metafísica. No entanto, mesmo que não tenha sido suficiente por si só para resolver a questão, esperamos, ao menos, que esse ensaio possa ter levantado elementos para servir de inspiração a quem possa se interessar pelo tema. Mas nossa participação termina aqui.

Bibliografia

- Allison, H.E. (2004). *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense, Revised and Enlarged Edition*. Yale University Press.
- Berkeley, G. (1999). *Principles of Human Knowledge and Three Dialogues*. Oxford University Press.
- Caimi, M. (1996). About the Argumentative Structure of the Transcendental Aesthetic. *Studi Kantiani* 9, 27–46.
- Ebers, J. (1798). *The New And Complete Dictionary Of The German And English Languages, Volume 2*. Breitkopf and Haertel.
- Ginsborg, H. (manuscrito). Concepts as Rules.
- Grayling, A.C. (2005). Berkeley's Argument for Immaterialism. In K. Winkler (ed.), *Cambridge Companion to Berkeley*. Cambridge University Press.
- Guyer, P. (1987). *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge University Press.
- Kant, I. (1910). *Gesammelte Schriften*. Edição da Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften. Georg Reimer Verlag.
- Kant, I. (1974). *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*. Tradução de Tania Maria Bernkopf. In: *Crítica da Razão Pura e Outros Textos Filosóficos*. Seleção de Marilena de Souza Chauí Berlinck. Abril Cultura.
- Kant, I. (1980). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. Abril Cultural.
- Kant, I. (1998). *Critique of Pure Reason*. Tradução e edição de P. Guyer e A.W. Wood. Cambridge University Press.
- Kant, I. (2007). *Crítica de la Razón Pura*. Tradução, notas e introdução de M. Caimi. Colihue.
- Paton, H.J. (1936). *Kant's Metaphysic of Experience, Volume I*. George Allen & Unwin.
- Shabel, L. (2004). Kant's 'Argument from Geometry'. *Journal of the History of Philosophy* 42, 195–215.
- Warren, D. (1998). Kant and the Apriority of Space. *The Philosophical Review* 107 (2), 179–224.